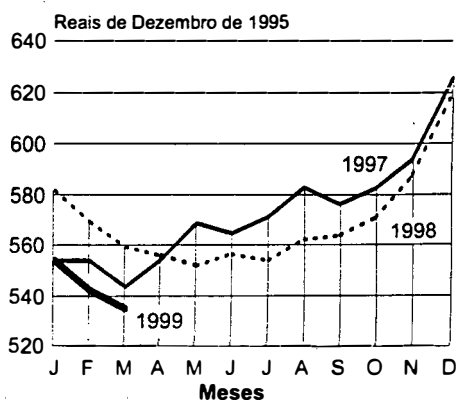
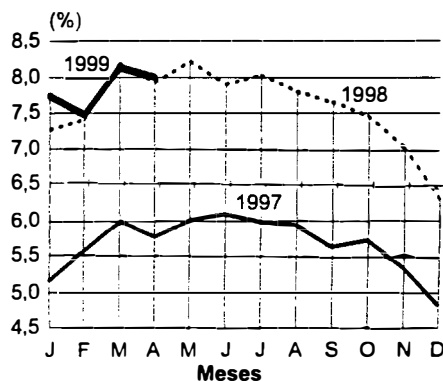


# Mercado de Trabalho CONJUNTURA E ANÁLISE

**Renda Real Média - Brasil  
Metropolitano (PME/IBGE)**



**Taxa de Desemprego - Brasil  
Metropolitano (PME/IBGE)**



## ÍNDICE

### Apresentação

### A Opinião dos Atores

**O Proemprego e a Qualidade de Vida do Trabalhador**  
Rui Lyrio Modenesi - PÁG 5

**Proemprego – Uma Política Compensatória Necessária**  
José Guilherme Almeida dos Reis - PÁG 9

**O Proemprego e os Recursos do FAT**  
Luiz Fernando Emediato - PÁG 11

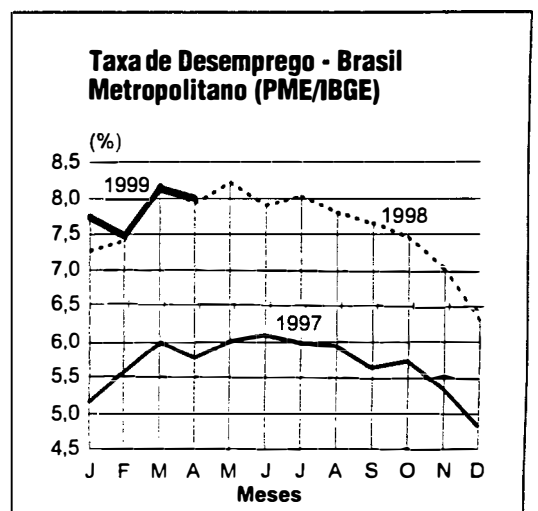
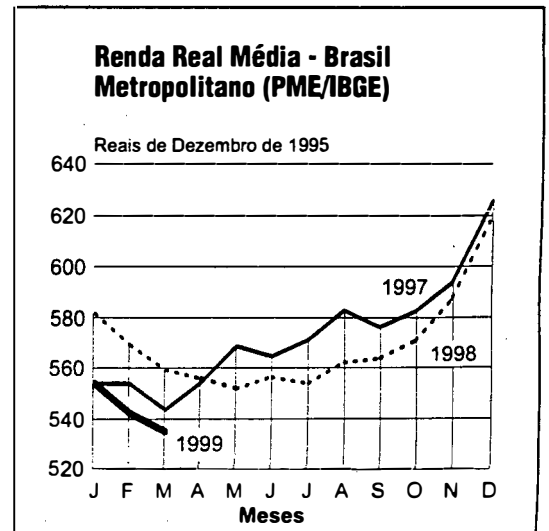
**Análise do Mercado de Trabalho** - PÁG 13

**Nota Técnica** - PÁG 15

### Índice de Vagas para o Brasil

Ricardo Paes de Barros  
Sergio Firpo  
Miguel N. Foguel

### Anexo Estatístico



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

**MINISTRO**  
Pedro Malan

**SECRETARIA DE ESTADO DE  
PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO**  
**SECRETÁRIO**  
Edward Amadeo

**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**

**MINISTRO**  
Francisco Dornelles  
**SECRETÁRIO EXECUTIVO**  
Paulo Jobim Filho

**ipea** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

*O IPEA é uma fundação pública vinculada à **Secretaria de Estado de Planejamento e Avaliação do Ministério da Fazenda**, cujas finalidades são: **auxiliar o ministro** na elaboração e no acompanhamento da política econômica; e **prover atividades de pesquisa econômica aplicada nas áreas fiscal, financeira, externa e de desenvolvimento setorial.***

**PRESIDENTE**

Roberto Borges Martins

**DIRETORIA**

Eustáquio José Reis  
Gustavo Maia Gomes  
Hubmaier Cantuária Santiago  
Luis Fernando Tironi  
Murilo Lôbo  
Ricardo Paes de Barros

**COORDENADOR GERAL DO PROJETO MTE/IPEA**  
Ricardo Paes de Barros

**CORPO EDITORIAL**

**EDITOR RESPONSÁVEL**  
Lauro Ramos (DIPOS/IPEA)

**EDITOR ASSISTENTE**  
Luiz Eduardo Parreiras (IPEA)

**ESTAGIÁRIOS**  
Marcelo de Ávila\*  
Márcia Pessanha\*

**PROGRAMADOR SAS**  
Marcio Duarte Lopes\*

*As opiniões emitidas em **Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise** não exprimem, necessariamente, o ponto de vista do Ministério da Fazenda nem do Ministério do Trabalho e Emprego.*

**AGRADECIMENTOS**

*Ao Ministério do Trabalho e Emprego, ao IBGE, à Fundação Seade, ao Dieese e à PUC/RJ por cederem os dados necessários à elaboração deste Boletim.*

*PROJETO GRÁFICO Nelson Cruz*

*\* Bolsista Anpec*

**SERVIÇO EDITORIAL**

**RIO DE JANEIRO, RJ**  
Av. Presidente Antonio Carlos, 51  
14º andar - CEP 20020-010  
Tel.: (021) 220-5533  
Fax: (021) 240-1920

**BRASÍLIA, DF**  
SBS - Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES  
10º andar - CEP 70076-900  
Tel.: (061) 315-5088  
Fax: (061) 315-5314



companhando o comportamento das principais variáveis macroeconômicas, principalmente aquelas relativas ao nível de atividades, os indicadores do mercado de trabalho nas principais regiões metropolitanas, apresentaram, nos primeiros meses do ano, um comportamento caracterizado pela estabilidade, contrariando as expectativas mais pessimistas que previam um forte crescimento da taxa de desemprego. Contudo, conforme poderá ser visto na seção Análise do Mercado de Trabalho, essa relativa estabilidade do desemprego (dados da Pesquisa Mensal de Emprego, do IBGE) deveu-se, em grande medida, à manutenção da oferta de mão de obra em patamares baixos, uma vez que o nível de ocupação, ou seja, a demanda, situou-se ainda um pouco aquém daquela observada no período janeiro-abril de 1998 (-0,36%). Não obstante, o fato da ocupação não ter caído de forma acentuada, como decorrência dos processos de ajuste em curso (cambial, monetário e fiscal), deixa uma perspectiva - mais otimista - de que o mercado de trabalho poderá vir a registrar um melhor desempenho da demanda por mão de obra, na medida em que o nível de atividades retome uma trajetória de crescimento mais sustentado.

Essa preocupação com o emprego é também o tema da seção Opinião dos Atores, onde o Proemprego - Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador é objeto de apreciação. Após uma apresentação por parte do ator governo (Rui Lyrio Modenesi, do BNDES), o Proemprego é positivamente avaliado tanto pelo representante do ator empresarial (José Guilherme Reis, da CNI), quanto pelo representante da Força Sindical no Codefat (Luiz Fernando Emediato). Embora concordando com a estratégia do Programa, ambos apresentam propostas para melhorar seu desempenho, revendo sua focalização, em um caso, e, no outro, dotando-o de mecanismos participativos na análise dos projetos a serem financiados, visando, em ambos os casos, emprestar-lhe maior eficácia quanto ao objetivo de crescimento do nível de emprego.

A Nota Técnica traz os resultados de um interessante trabalho feito por Ricardo Paes de Barros, Sergio Firpo e Miguel Foguel, com a apresentação de um "Índice de Vagas para o Brasil", elaborado a partir de anúncios de jornal. Este indicador, existente em vários países e calculado para São Paulo, durante muitos anos, pelo Prof. Ernst Mühr da EAESP-FGV, apoia-se na hipótese da existência de uma forte correlação entre as variações do número de vagas abertas no mercado de trabalho e o total de anúncios de emprego publicados nos jornais.

Este número do Boletim traz, ainda, algumas mudanças editoriais e metodológicas. No plano editorial, em um esforço de simplificação que facilite a sua leitura, a seção Análise do Mercado de Trabalho passa a concentrar-se nas principais questões que a conjuntura do mercado estiver suscitando, privilegiando o esforço analítico e dispensando a mera descrição dos movimentos das suas diversas variáveis, o que, destarte, pode ser acompanhado pela simples consulta ao Anexo Estatístico; com isso a seção Panorama Geral perde a razão de ser e não mais integrará a estrutura do Boletim. A seção sobre a conjuntura macroeconômica deixa de ser publicada, considerando-se também que os movimentos fundamentais das suas variáveis, naquilo que diz respeito aos reflexos sobre os indicadores específicos do emprego e renda, estarão sendo articulados na Análise do Mercado de Trabalho. Os dados sobre Movimentação de Mão-de-Obra, gerados pelo CAGED voltam a ser publicados, uma vez que já há uma série significativa que propicie uma visão de sua evolução, a partir de janeiro de 1997, após a reformulação da qual foi objeto este importante sistema de informações. No plano metodológico, os dados de renda real passam a ser deflacionados, a partir de janeiro de 1995, por um índice que expressa as variações do INPC, tais como divulgadas pelo IBGE. Recorde-se que, anteriormente, o deflator utilizado, embora igualmente baseado no INPC, era especialmente construído para adequar-se às diferentes maneiras de percepção de renda por parte das diversas formas de inserção ocupacional<sup>1</sup>. Os dados de janeiro de 1991 a dezembro de 1994 continuam deflacionados como antes.

<sup>1</sup>

Veja, a propósito, a Nota Técnica do Nº 1 do Boletim, de junho de 1996, de autoria de Marcelo Neri.



## O Proemprego e a Qualidade de Vida do Trabalhador



Inscrita em sua denominação, a missão do BNDES é promover o desenvolvimento em suas duas dimensões básicas, a econômica e a social.

À época de sua criação, difundia-se a compreensão de que o desenvolvimento se traduzia pela elevação dos níveis de renda per capita ou, por outro ângulo, pelo crescimento da produtividade econômica propiciado pela acumulação de capital. Conseqüentemente, baixos níveis de desenvolvimento decorreriam de insuficiência da taxa de investimento, explicada, por seu turno, pela restrita capacidade de poupança, associada a baixos níveis de renda e de produtividade.

Para romper este círculo vicioso, entendia-se ser necessário ampliar a capacidade de mobilização de poupança — sobretudo via mecanismos que assegurassem maior contribuição estatal — e fomentar o investimento nos setores em que mais graves eram as carências. Assim foi definida a função do BNDES.

Como primeira tarefa, a instituição dedicou-se, logo de início, a financiar a renovação da infra-estrutura de transportes e a geração de energia elétrica, cujas deficiências eram obstáculos óbvios à arrancada da industrialização, constituindo os então chamados pontos de estrangulamento do desenvolvimento.

Ao longo dos anos, o BNDES vem alterando suas prioridades conforme os requisitos da realidade de cada momento histórico, no intuito de promover as transformações indispensáveis ao progresso da sociedade brasileira.

Ao final dos anos noventa, novos desafios se apresentam, num quadro em que antigos componentes se associam a elementos antes ausentes, entre eles o processo de globalização da economia mundial. Este foi acompanhado por rápido movimento de abertura externa da economia brasileira, acirrando as condições de competição para o conjunto do sistema produtivo, notadamente no setor industrial.

Esse novo ambiente econômico teve como conseqüência recolocar em pauta, com especial ênfase, a necessidade de se elevar o nível de produtividade global da economia,

assimilando-o aos padrões correntes nas economias mais desenvolvidas.

Sem dúvida, é com nova intensidade que vem operando a indispensável reestruturação produtiva, especialmente nos setores de bens comercializáveis internacionalmente.

Conhecido é esse requisito de elevação da produtividade, também presente na etapa de intensificação da industrialização verificada nos anos cinquenta, como se observou acima.

Mais uma vez, como naquela época, é preciso generalizar o processo de elevação de produtividade, estendendo-o a toda a cadeia de relações intersetoriais e chegando até a distribuição final de bens aos consumidores. Isto implica reduzir custos não só no âmbito de cada unidade produtiva, mas também em seu entorno e fora dele, até englobar a geração de serviços básicos de infra-estrutura, como transporte, energia e comunicação.

Para completar esse processo, será preciso atuar também sobre os fatores que a mais longo prazo repercutem positivamente sobre a produtividade da economia, tais como a garantia de crescentes índices de hígidez da população, a ampliação de seus conhecimentos gerais e sua maior qualificação técnica e habilitação profissional. Assim, investimentos nas áreas sociais justificam-se por seu duplo efeito, o melhoramento imediato das condições de vida e de trabalho do conjunto da população; e a decorrente elevação da capacidade produtiva da população economicamente ativa.

Será como resultante do próprio desenvolvimento — i.e., do processo de crescimento da produtividade e da conseqüente diferenciação das atividades produtivas (notadamente pela ampliação da importância relativa do setor de serviços), gerando oportunidades de investimento e de novos negócios — que se poderá expandir a criação de empregos e, principalmente, redinamizar o mercado de trabalho, em função do esperado maior requerimento de mão-de-obra dotada de mais ampla qualificação e maior versatilidade ocupacional.

\*O autor é economista do BNDES, exercendo a gerência da AF-Decap.

Toma-se, pois, oportuno renovar a prioridade histórica atribuída pelo BNDES à infraestrutura econômica, associando-a agora ao fomento de investimentos na área social e no setor de serviços, como se propõe no presente programa de aplicação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT, direcionado para a expansão do emprego e a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

#### SÍNTESE DO PROGRAMA

Os anos noventa se caracterizam pela aceleração do processo de globalização da economia mundial. Esse processo expõe, de maneira irrecorrível, os mercados locais a acirrados padrões de competição, levando as indústrias nacionais a adotarem, como alternativa de sobrevivência, uma célere reciclagem tecnológica e gerencial.

É nesse contexto que vem se dando o processo de reestruturação da indústria brasileira. Sua conseqüência é a destruição de postos de trabalho gerados anteriormente sob os pressupostos de um modelo de industrialização que priorizava a substituição de importações. A rapidez com que a indústria brasileira vem se reciclando trouxe a indesejável ampliação das taxas de desemprego, agravando o já sensível quadro social do país.

No intuito de amenizar as conseqüências sociais desse processo, o BNDES apresentou ao Codefat, em 1996, o Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador - Proemprego, visando a execução de investimentos em infra-estrutura econômica e social, com elevado potencial gerador de empregos, desta forma atendendo à forte preocupação do Conselho no que diz respeito aos resultados imediatos do processo de modernização industrial.

O Proemprego contemplou investimentos globais da ordem de R\$ 9 bilhões nas áreas de transporte coletivo de massa, infra-estrutura para melhoria da competitividade, saneamento ambiental, infra-estrutura turística e revitalização de subsetores industriais. Os recursos para o programa provêm do FAT, com R\$ 3,5 bilhões na modalidade de depósitos especiais; do BNDES, com R\$ 2,5 bilhões, totalizando R\$ 6 bilhões na forma de empréstimos; e da contrapartida dos investidores no valor de R\$ 3 bilhões.

Decorridos pouco mais de dois anos de execução do Proemprego, verifica-se que a sua carteira global já supera os R\$ 13,9 bilhões de investimentos totais superando em 55% as metas inicialmente previstas. Desse total, foram contratadas pelo BNDES operações de financiamento que somam mais de R\$ 6 bilhões de investimento total.

Encontram-se ainda em diversos estágios de análise técnica operações correspondendo a um investimento total de quase R\$ 8 bilhões. Os desembolsos do BNDES com o programa, até janeiro de 1999, chegaram a R\$ 3,2 bilhões.

Estima-se que na execução dos projetos apoiados pelo Proemprego serão mobilizados mais de um milhão de trabalhadores e que na operação desses projetos poderão ser absorvidos mais um milhão de trabalhadores.

O Proemprego representa, sem dúvida, um esforço concentrado de investimentos na infra-estrutura, com significativos reflexos na qualidade de vida da população trabalhadora, que há muito não se articulava. Pode-se citar, como exemplo, a modernização de aproximadamente 5.000 km de rodovias e a ampliação, em cerca de 1 milhão de passageiros/dia, do transporte metroviário.

Apesar disso, seus resultados são ainda insuficientes, face às imensas carências da infra-estrutura brasileira, sobretudo no que se refere ao atendimento das necessidades sociais básicas. Quanto à geração de novos postos de trabalho, o Programa apresentou bons resultados e investimentos adicionais em setores mais intensivos em mão-de-obra dariam continuidade a este processo.

Sendo assim, o BNDES propôs ao Codefat a ampliação do programa por meio da instituição do Proemprego II, focado em investimentos na infra-estrutura básica, especialmente aqueles voltados diretamente ao atendimento da população de baixa renda.

#### OBJETIVOS E ESTRUTURAÇÃO DO PROEMPREGO - II

A segunda versão do Proemprego compreende dois conjuntos distintos de investimentos com elevado potencial gerador de empregos, a serem implantados no período de 1999/2001.

O primeiro é o Subprograma Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador e compõe-se de ações nas áreas de Saúde, Saneamento Ambiental, Transporte Coletivo de Massa e Projetos Multisetoriais Integrados. São investimentos destinados a atender carências imediatas das populações de baixa renda e cujos resultados representarão uma significativa melhoria da qualidade de vida daqueles que serão por eles beneficiados. Trata-se de uma ampliação dos objetivos iniciais do Proemprego, que passa a ter, também, o propósito de engajar-se no enfrentamento das mazelas sociais brasileiras. Como complemento desse objetivos, introduziu-se linha de crédito destinada a mo-

demizar as admsitrações tributárias municipais, condição indispensável para que os investimentos na área social produzam benefícios continuados à população.

O segundo conjunto é o Subprograma Expansão do Emprego, que representa um reforço aos objetivos iniciais do Proemprego, buscando contribuir para a superação do grave quadro de desemprego do país por meio de investimentos em segmentos capazes de criar diretamente ou articular a geração de um elevado número de empregos. Destina-se a promover investimentos nas áreas de Comércio e Serviços, Energia, Telecomunicações, Infra-estrutura Viária (rodovias e ferrovias) e Construção Naval, bem como a incentivar o crescimento das exportações brasileiras.

Para a realização dos subprogramas propostos, serão necessários investimentos globais de R\$ 9 bilhões, duplicando os investimentos até então contemplados pelo Proemprego.

A composição de fontes de recursos proposta para essa segunda fase do Proemprego é idêntica à que lastreou o Proemprego I, ou seja, R\$ 3,5 bilhões do FAT na forma

de depósitos especiais, R\$ 2,5 bilhões do BNDES e R\$ 3,0 bilhões de recursos próprios dos mutuários.

Tendo em vista, de um lado, a demanda por recursos já identificada e, por outro lado, o quadro de recursos do FAT, propõe-se que sua participação obedeça ao seguinte escalonamento temporal: R\$ 1,0 bilhão em 1999; R\$ 1,0 bilhão em 2000; e R\$ 1,5 bilhão em 2001.

A necessidade global de recursos para investimento nos setores aqui arrolados supera, em muito, o alcance deste Proemprego II. Entretanto, embora o Programa não seja, para o conjunto dos investimentos, a fonte preponderante de recursos, certamente será decisivo na consecução das metas desejadas para alguns segmentos, sobretudo aqueles de forte cunho social, cuja arregimentação financeira mostra-se historicamente problemática no país.

No que concerne à geração de empregos, estima-se que o Proemprego — II demandará cerca de um milhão de trabalhadores, na implementação de seus projetos, e que tais empreendimentos empregarão igual número de pessoas, quando em operação.



## Proemprego - Uma Política Compensatória Necessária

**U**m dos maiores desafios que se apresentam para o Brasil nesta virada de século é o do desemprego. O reduzido ritmo de crescimento econômico verificado nas duas últimas décadas, as novas tendências tecnológicas e gerenciais e a inflexibilidade e imprevisibilidade trazidas por uma legislação trabalhista obsoleta explicam o aumento das taxas de desemprego nesta década, que se sobrepõe à conhecida perda de qualidade na geração de postos de trabalho. Existem poucas dúvidas de que a retomada do crescimento econômico e a flexibilização da legislação trabalhista são requisitos indispensáveis para a redução do desemprego no país.

Contudo, as dificuldades de coordenação e o tempo envolvidos na flexibilização do mercado de trabalho e na retomada do crescimento da economia têm conduzido à busca de alternativas mais imediatas. As chamadas políticas ativas de mercado de trabalho buscam reduzir os desajustes entre oferta e demanda por trabalho. Envolvem tanto medidas destinadas a reduzir o desemprego friccional e desemprego de grupos específicos, como os jovens e aqueles que estão desempregados por muito tempo, quanto políticas de treinamento e iniciativas que visem a criação direta de empregos.

Neste grupo de políticas, um interesse especial recai sobre as políticas destinadas a criar empregos diretamente, que englobam tanto a geração de empregos pelo setor público, como incentivos para que o setor privado absorva mais mão-de-obra. Estes incentivos são muitas vezes desenhados especificamente para a absorção de mão-de-obra não qualificada, e podem ser acoplados a programas de qualificação que incrementem a produtividade da mão-de-obra.

Uma primeira linha de atuação é o apoio a segmentos da economia que são intensivos em mão-de-obra. A mais horizontal destas políticas é a que propugna o apoio às pequenas e micro empresas, tradicionalmente intensivas em trabalho, em virtude de suas conhecidas dificuldades de acesso ao mercado de capitais. Políticas que tenham como objetivo explícito a geração de empregos minimamente bem remunerados não têm outra alternativa realista se não o apoio a pequena e média empresa.

A ampliação dos investimentos em infra-estrutura também pode se constituir em uma importante fonte de geração de empregos. Mais do que isso, esta infra-estrutura produtiva faz com que aumente a produtividade marginal do trabalho através do aumento da produtividade global da economia. Investimentos em estradas, eletrificação, irrigação, saneamento básico etc., reduzem a incidência de doenças e diminuem os custos de transporte, atuando, enfim, para aumentar a competitividade sistêmica da economia, ao mesmo tempo em que geram empregos. A possibilidade de parcerias entre os setores público e privado foram ampliadas com as recentes reformas da Constituição brasileira, abrindo a perspectiva de concretização destes investimentos, até então afastada em função da restrição orçamentária do governo e da limitação constitucional à atuação do setor privado.

O crédito e, especialmente, o crédito para investimentos de longo prazo é um dos instrumentos essenciais para viabilizar a geração de empregos. No Brasil, a oferta de financiamento privado de longo prazo foi praticamente nula nas últimas décadas e deve manter-se relativamente retraída nos próximos anos, enquanto a demanda seguirá pressionada por força dos ajustes no setor produtivo que se fazem necessários diante das reformas econômicas desta década. Cabe lembrar que, como já mencionado, a eficácia mesma destas reformas do ponto de vista microeconômico só pode ser plenamente alcançada na presença de um sistema financeiro capacitado para promover as realocações requeridas de capital entre os setores. Na ausência deste sistema, o alcance dos resultados almejados dependeria de alguma ação compensatória do estado.

No Brasil, grande parte desta ação se dá diretamente através da alocação de crédito pelos bancos federais de desenvolvimento, em especial pelo BNDES, que gere parte da poupança compulsória de longo prazo do país.

E nesse contexto que deve ser examinada o programa de geração de empregos-Proemprego, um conjunto de projetos de investimento escolhido pelo BNDES para ser

\*O autor é coordenador da Unidade de Política Econômica da CNI.

início modesto em suas pretensões, pediu ao Codefat R\$ 500 milhões para aplicar no primeiro ano. Os conselheiros consideram adequado liberar o dobro, R\$ 1 bilhão, dando ao BNDES mais um voto de confiança.

Em troca, a bancada dos trabalhadores solicitou que o banco criasse – a exemplo da Finep – um comitê tripartite para avaliar (no âmbito do próprio BNDES), o perfil de cada empreendimento financiado, de forma a atestar sua adequação ao perfil do FAT. Nada contra investimentos na inevitável modernização de empresas, para assegurar-lhes competitividade, ainda que isso resulte na demissão de trabalhadores substituídos por máquinas – mas que, pelo menos, isso não se dê com recursos dos próprios trabalhadores, ou que se possa utilizar parte dos recursos para proteger, requalificar e reencaminhar para o mercado estas pobres vítimas do avanço tecnológico. Aguarda-se que o BNDES anuncie nos próximos dias a constituição de tal comitê.

O BNDES se comprometeu, em sua proposta ao Codefat para o Proemprego II, em apoiar investimentos na saúde pública, na educação, no saneamento, no transporte coletivo de massa, em projetos multissetoriais integrados e na modernização das administrações tributárias municipais. Este último sub-programa é muito importante: incontáveis municípios têm sido impedidos de contrair dívidas junto ao banco em virtude de suas deploráveis situações fiscais. É o caso, por exemplo, da prefeitura de São Paulo, que tem aprovado no BNDES um excelente projeto para expansão dos corredores de ônibus e trólebus (que encurtaria o tempo de viagem dos trabalhadores, melhorando sua qualidade de vida). Este projeto está parado porque a prefeitura paulista, como se sabe, teve seus cofres esvaziados pela última administração – um caso eloquente de como a população mais pobre passa a pagar, sem ter culpa, pela irresponsabilidade de governantes no mínimo imprevidentes. Eis aí um caso que merece a atenção do próprio banco, do Codefat e do governo federal.

Em outro subprograma, o Proemprego prevê investimentos no setor de comércio e serviços, energia, telecomunicações, infraestrutura viária e construção naval, exportações e pequenas e médias empresas. Haverá dificuldades para se obter bons resultados no setor naval, que passa por uma conhecida crise de credibilidade de seus principais empresas. Há uma expectativa em torno do que se poderá fazer com reia-

ção às pequenas e médias empresas, que o BNDES não está habituado a atender. São conhecidas as dificuldades de relacionamento entre elas e os agentes financeiros do banco. O fato de o ministro Celso Lafer ter decidido diminuir as exigências para a concessão dos empréstimos (já que existe um fundo de aval para tais empresas) deve melhorar a situação – mas só se houver vontade e determinação por parte dos diretores e técnicos do banco, quase sempre tomados por um excesso de cautela que prejudica os que mais precisam de crédito. É a ação – ou falta de ação – destes diretores e técnicos que determina o sucesso ou o fracasso de um programa como este.

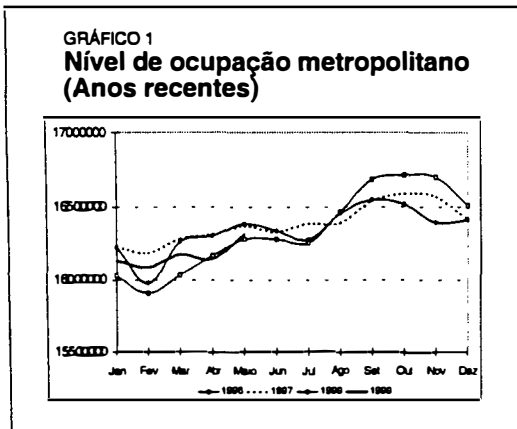
Um exemplo de como a inércia e o desinteresse dos escalões intermediários e subalternos pode comprometer um excelente programa é do Proger (Programa de Geração de Emprego e Renda), nas regiões metropolitanas. Exatamente nas áreas mais afetadas pelo desemprego, e nas quais existe um dinamismo empresarial heróico, comprovado pela sobrevivência de milhares de micro e pequenas empresas, diretores e gerentes do principal agente do Proger – o Banco do Brasil – praticamente inviabilizaram o programa, a despeito do esforço do Codefat e do próprio presidente da República, que chegou a criticar a situação em um discurso.

Falta de treinamento de gerentes, desinformação, desestímulo (o gerente nada ganha quando fecha um negócio com o cliente do Proger), falta de integração do BB com os demais parceiros do programa (agentes públicos como o Sebrae, Secretarias de Trabalho e Sindicatos), tudo isso conduziu ao retumbante fracasso do Proger nos locais onde está sua maior clientela. Essa verdadeiro desastre poderia ter sido evitado se o Banco do Brasil tivesse passado pela mesma reengenharia pela qual passou o Banco do Nordeste – mas esta é outra história.

O Proemprego, que alcançou excelentes resultados em sua primeira fase e agora se prepara para a segunda – mais ampla e com foco também na pequena empresa, que emprega mais do que a grande, e a custos imensuravelmente mais baixos – deve se mirar neste triste exemplo do Banco do Brasil para evitar os mesmos erros. Da determinação de apoiar também o pequeno empresário poderá resultar o segundo salto de qualidade deste programa que o Codefat apoiou e deverá continuar apoiando, em função dos resultados passados e dos que, assim acreditamos, ainda virão.

**E**m uma conjuntura marcada pela instabilidade e incerteza provocadas pela crise cambial, no bojo da qual procedeu-se à liberalização do câmbio, com a conseqüente desvalorização do Real, o mercado de trabalho apresentou, neste início de ano, um comportamento relativamente estável. Refletindo o ocorrido com o nível de atividades, cujos indicadores apontam para um desempenho significativamente mais favorável que aquele imaginado de início, os principais indicadores do mercado de trabalho, no período janeiro-abril, não confirmaram as expectativas mais pessimistas que o quadro de crise estava a sugerir.

Segundo os dados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, o nível de ocupação nas seis maiores regiões metropolitanas, nesses meses iniciais de 1999, apresentou, em relação ao último quadrimestre de 1998, a mesma variação (negativa, por razões de sazonalidade) que a observada na passagem de 1997 para 1998 (-2%), situando-se, contudo, em patamares um pouco inferiores aos verificados há um ano atrás (menos 0,36%), em virtude do fraco volume apresentado pela demanda por mão-de-obra ao longo de todo o ano passado (veja Gráfico 1).

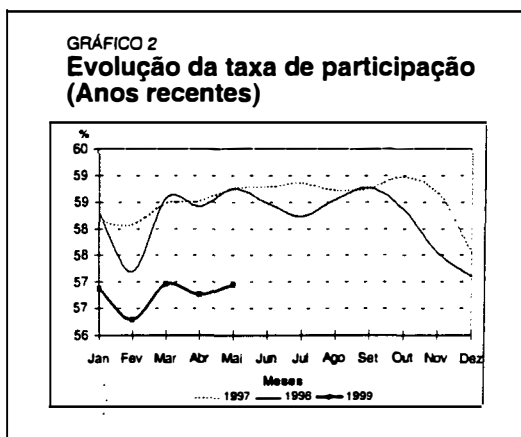


Essa debilidade observada na demanda de mão-de-obra (cujos primeiros sinais tornaram-se manifestos em meados de 1997) é que imprimia um tom preocupante às perspectivas que se tinham para o mercado de trabalho, uma vez que a ela era adicionada a previsão de uma queda de cerca de 4% no PIB. As respostas que a economia vem dando às pressões recessivas advindas do programa de ajuste concebido para o enfrentamento da crise, contudo, melhoram as expectativas para o restante do ano, admitindo-se até uma certa recuperação do nível de ocupação.<sup>1</sup>

Em paralelo a esse desempenho da ocupação, a taxa de desemprego (veja Gráfico 2)

capa) no início de 1999 situou-se, na média do período janeiro-abril, em um patamar (7,83%) apenas ligeiramente superior ao verificado nos mesmos meses de 1998 (7,70%).<sup>2</sup> Dada a pequena queda, já mencionada, do nível de ocupação, a razão para tanto decorreu, naturalmente, do comportamento da População Economicamente Ativa (PEA), que fez com que a oferta de mão-de-obra não pressionasse os índices de desemprego.

Com efeito, a PEA, nesses primeiros quatro meses, mostrou uma variação negativa de -0,22% quando comparada com a do mesmo período de 1998, garantindo que o aumento observado na taxa de desemprego não chegasse nem mesmo a refletir integralmente a queda verificada na ocupação. Levando-se em conta que a População em Idade Ativa (PIA) continuou crescendo, no período considerado, num ritmo (2,2%) que reflete as taxas de crescimento demográfico da década passada, esse decréscimo da PEA decorre de uma forte contração da taxa de participação da PIA no mercado de trabalho (veja Gráfico 2).



Dessa forma, em que pese um não agravamento mais substancial da demanda por trabalho, a menor pressão do lado da oferta continua sendo o principal fator responsável pela manutenção das taxas de desemprego em níveis similares aos observados em 1998.

Além disso, dada a complexidade do tema, em função do caráter atomizado das decisões dos agentes econômicos sobre a sua oferta de trabalho, não é possível fazer previsões a respeito de por quanto tempo este compor-

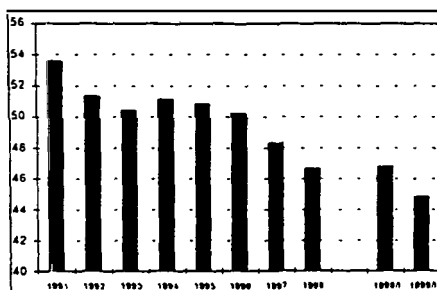
<sup>1</sup> Os dados recém-divulgados, porém ainda não completamente processados, para o mês de maio, permitem alimentar tal expectativa.

<sup>2</sup> Os dados para o mês de maio último indicam, todavia, uma taxa de 7,70%, inferior àquela observada em maio de 1998, que foi de 8,21%.

tamento continuará sendo observado. Resta proceder a uma inspeção mais detalhada de como esta redução nas taxas de participação vem ocorrendo, de forma a identificar os grupos onde este fenômeno vem se verificando de maneira mais intensa.

No plano regional, a tendência à uma menor participação é mais acentuada na metrópole nordestinas, seguidas de perto por São Paulo. Porto Alegre, por outro lado, e a região metropolitana onde a queda foi menor, em particular até o início de 1999. No que diz respeito a gênero, as mulheres mantiveram praticamente constante sua taxa de participação ao longo da década - em torno de 44%, só se verificando uma diminuição de um ponto percentual no primeiro quadrimestre deste ano em relação a igual período no ano passado. Já os homens vêm apresentando uma tendência contínua de queda, passando de 79,98% em 1991 para 73,70% em 1998, e atingindo o mínimo histórico de 71,95% no início deste ano (cerca de dois pontos percentuais abaixo de igual período no ano anterior). Em relação ao corte por grau de instrução, embora uma menor participação ao longo da década tenha ocorrido para todos os grupos, o dos menos instruídos (0 a 4 anos completos de estudo) foi o que apresentou uma redução mais intensa, atingindo quase 10 pontos percentuais entre 1991 e o início de 1999 (veja o Gráfico 3). A mesma observação é válida para as faixas etárias mais baixas (para o grupo de 15-17 anos ela caiu de 35,8% para 20,5% no mesmo período) e para os membros secundários da família.

GRÁFICO 3  
Evolução da taxa de participação (%)  
Grupo de 0 a 4 anos de estudo



Ou seja, o menor engajamento no mercado de trabalho vem se manifestando de forma mais intensa, inclusive no princípio de 1999, entre os jovens, homens, pouco instruídos e membros secundários da família (isto é, outros que não o chefe). Como estes são justa-

mente os grupos que enfrentam maiores dificuldades no seu acesso ao mercado, torna-se plausível a hipótese que a causa maior da menor participação tenha sido o desalento, principalmente quando se considera que os primeiros meses foram marcados por um pessimismo generalizado em relação ao desempenho econômico do país, e o mercado de trabalho não constituiu exceção neste aspecto.

Paralelamente, o rendimento real médio vem declinando continuamente desde dezembro último, sendo que a variação acumulada em 12 meses chega a -4,3% (veja Gráfico da capa). Parece razoável inferir que esta queda tenha desempenhado, também, um papel relevante na contenção do desemprego. Contudo, a permanecer esta tendência, verificada principalmente entre os chefes de família, cedo ou tarde o aperto por ela acarretado na restrição orçamentária das famílias acabará se constituindo em elemento de pressão para o retorno dos membros secundários ao mercado de trabalho. Isto por sua vez contribuiria para reverter o processo de diminuição na taxa de participação e, por conseguinte, poderia pressionar para cima as taxas de desemprego no futuro próximo.

Em suma, como o nível de ocupação ainda é inferior ao de dois anos atrás (veja Gráfico 1), torna-se praticamente inescapável o diagnóstico de que o desempenho recente do mercado de trabalho vem sendo insatisfatório. Se isto não foi captado pelo comportamento da taxa de desemprego no início de 1999, talvez seja por ela não ser o instrumento mais adequado para diagnosticar este desempenho em um contexto onde há mudanças profundas nos agregados que a determinam, por mais que especialistas, mídia e a sociedade em geral concentrem nela sua atenção e a tomem como referência, no mais das vezes a única, para o debate a respeito da "saúde" do mercado de trabalho.

De qualquer modo, embora seja claro o grau de dificuldade associado a este tipo de exercício, parece razoável imaginar que as taxas de desemprego permaneçam em patamares relativamente estáveis no futuro imediato, na medida em que não há razão para crer que a taxa de participação cresça de forma abrupta de um mês para outro. Já em um horizonte um pouco mais amplo (segundo semestre), deve aumentar a pressão do lado da oferta, ao mesmo tempo em que a demanda deverá estar mais aquecida. Especular, todavia, sobre qual dos dois efeitos prevalecerá, em termos do nível da taxa de desemprego, é uma tarefa que está além daquilo que uma postura sensata permite.

## 1. INTRODUÇÃO



o fim de acompanhar a evolução do volume de empregos ofertados na economia, diversos países vêm elaborando indicadores que procuram captar as variações no número de vagas oferecidas pelas empresas. A utilidade desses indicadores é ampla, uma vez que contém informações sobre o desempenho da economia em geral e do mercado de trabalho em particular. Por essa razão, esses indicadores servem como importante instrumento de direcionamento de políticas públicas, principalmente na área do trabalho.

Em linhas gerais, esses indicadores são construídos com base no total de anúncios de emprego publicados nos jornais de grande circulação. Essa metodologia está baseada na idéia de que a evolução do número de vagas abertas no mercado de trabalho está fortemente correlacionada com as variações observadas no total de anúncios de emprego que as empresas publicam nos jornais.

O principal objetivo desta estudo é divulgar os resultados para esse indicador, que recebeu a denominação de Índice de Vagas. Além dessa introdução, este trabalho conta com três outras seções. Na primeira, discutem-se algumas questões associadas às relações existentes entre os conceitos de vaga, desemprego e anúncios de emprego. Na segunda, apresenta-se a metodologia utilizada para a construção do índice. Finalmente, na terceira seção, são apresentados os resultados obtidos e a evolução temporal do Índice de Vagas.

## 2. VAGAS, DESEMPREGO E ANÚNCIOS DE EMPREGO

### 2.1 POR QUE EXISTEM VAGAS?

Da mesma forma que em todo ponto no tempo sempre existe uma fração dos trabalhadores buscando emprego, também a todo instante sempre existe uma fração das firmas buscando empregados. A razão dessa busca está relacionada à existência de informação incompleta e assimétrica dos agentes: os trabalhadores não estão perfeitamente informados dos postos de trabalho disponíveis hoje e no futuro próximo, e as firmas não estão plenamente informadas sobre qual a disponibilidade e disposição para trabalhar de trabalhadores de variadas

qualificações ao salário que a empresa pretende pagar. Portanto, é a presença de imperfeições de informação entre os agentes que explica a existência de vagas abertas no mercado de trabalho.

### 2.2. A EXISTÊNCIA DE VAGAS É UMA INDICAÇÃO DE INEFICIÊNCIA ECONÔMICA?

A busca contínua por parte de trabalhadores e firmas causada por imperfeições de informação pode ser reduzida pela criação de sistemas eficientes de intermediação de mão-de-obra. Entretanto, cumpre ressaltar que o processo de busca e a consequente subutilização dos recursos humanos disponíveis relacionada à existência de imperfeições de informação não chegam a constituir ineficiência econômica. Isso ocorre pois a eliminação ou redução dessas imperfeições têm custos não apenas privados mas também sociais. Em outras palavras, se a diminuição ou eventual eliminação das imperfeições informacionais pudesse ser realizada com custo zero, então poderíamos dizer que existe ineficiência econômica. No entanto, como a redução (eliminação) dessas imperfeições envolve custos diversos, a existência de imperfeições de informação entre os agentes não necessariamente implica ineficiência econômica.

### 2.3. VAGAS E DESEMPREGO

Vagas são postos de trabalho não ocupados e desempregados são trabalhadores não utilizados. A princípio, é possível pensar em um programa de intermediação ideal que eliminasse toda a imperfeição informacional e que, portanto, seria capaz de ocupar todas as vagas – caso o número de vagas fosse menor que o de desempregados – ou todos os desempregados – caso existissem mais vagas do que desempregados. No entanto, essa avaliação é incorreta uma vez que, mesmo nesse caso, existe grande heterogeneidade entre trabalhado-

\* Gostaríamos de agradecer a valiosa colaboração de todos os jornais que forneceram dados para a elaboração desse estudo. São eles: Jornal do Brasil, O Globo, O Dia, O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo. Gostaríamos de agradecer também à Gabriela Garcia pelo excelente trabalho de assistência de pesquisa.

\*\* Diretor da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do IPEA.

\*\*\* Bolsista no IPEA e mestrando de economia na PUC/RJ.

\*\*\*\* Técnico de pesquisa do IPEA.

res e vagas. Dessa forma, mesmo que o número de vagas e desempregados fosse o mesmo e as falhas de informação fossem eliminadas, existiriam vagas não preenchidas e desempregados não utilizados, já que poderia haver ou (i) vagas para as quais não existiriam trabalhadores suficientemente qualificados ou interessados em preenchê-las, ou (ii) desempregados para os quais não existiriam postos de trabalho adequados.

Assim, pode-se dizer que tanto o conjunto das vagas em cada ponto no tempo como o conjunto dos desempregados pode ser dividido em três partes. Será chamado de desemprego estrutural aquela parcela do desemprego que existe devido ao número insuficiente de vagas na economia. Analogamente, serão chamadas de vagas estruturais aquela parcela das vagas que existe devido ao número insuficiente de trabalhadores desempregados na economia.

A fim de definir as duas outras partes, suponha-se que os totais de vagas e de desempregados fossem o mesmo – isto é, admita-se que o desemprego (vagas) estrutural não existisse ou fosse eliminado. Assim, pode-se definir uma segunda parte do desemprego e das vagas não preenchidas em função da existência de imperfeições informacionais, ou seja, da presença de empresas (desempregados) que não detêm informações “suficientes” para preencher as vagas abertas. A esse conjunto de vagas e de desempregados pode-se dar o nome de desemprego friccional.

Uma terceira parcela do desemprego e das vagas abertas está relacionada ao descasamento entre as características dos desempregados e das vagas. Em outras palavras, pode-se definir o desemprego de descasamento como aquela parcela do desemprego (vagas) que se deve à incompatibilidade entre o perfil do desempregado e o perfil da vaga. Por exemplo, se as empresas estiverem demandando empregados com alta especialização e naquele momento do tempo não existirem desempregados com esse perfil, então aparecerá o desemprego (vagas) devido ao descasamento entre a oferta e a demanda de mão-de-obra. Vale notar que esse tipo de desemprego é independente da existência de imperfeição informacional entre os agentes. Com efeito, mesmo que a informação fosse perfeita, sempre existiriam desempregados com perfis inadequados às vagas abertas e vice-versa.

Devido à presença dessas diferentes formas de desemprego, as informações sobre a evolução do número de vagas são fundamentais para a identificação das parcelas do desemprego que se devem a fatores friccional, de descasamento, e estruturais. Cada

uma dessas formas de desemprego demanda políticas distintas. A redução do desemprego friccional demanda um melhor fluxo informacional, que pode ser alcançado com base no aperfeiçoamento dos programas e sistemas de intermediação de mão-de-obra. O desemprego por descasamento pode ser reduzido a partir de programas de retreinamento da mão-de-obra. Já a diminuição do desemprego estrutural está condicionada ao aumento do número de vagas, que depende basicamente do crescimento econômico

#### 2.4. VAGAS VERSUS VAGAS ANUNCIADAS

O que se quer medir são vagas, mas o que em geral se consegue medir é o anúncio de vagas. Da mesma forma, em geral se deseja medir o volume de trabalhadores sem trabalho porém com disponibilidade e interesse em trabalhar, mas o que se acaba medindo para construir a taxa de desemprego é o número de trabalhadores sem trabalho e que efetivamente buscaram trabalho. A questão básica é como medir a efetiva disponibilidade de uma vaga ou o efetivo interesse de uma pessoa em trabalhar. Geralmente, a regra é tratar uma pessoa como de fato interessada em trabalhar somente se ela tomou alguma medida efetiva para buscar trabalho. De forma análoga, está se tratando a vaga numa firma como efetivamente disponível apenas quando essa firma concretiza alguma ação para divulgar a disponibilidade e o seu interesse em preencher essa vaga anunciando-a de alguma forma.

#### 2.5. ANÚNCIO DE VAGAS VERSUS ANÚNCIO DE VAGAS EM JORNAIS

Vagas devem ser então medidas como o volume total de vagas efetivamente anunciadas pelas empresas, que se utilizam um amplo rol de formas (tecnologias) para anunciar a abertura de vagas. Embora se possa ter continuadas discussões sobre quais as formas de divulgação deveriam ser consideradas como formas efetivas de divulgação (na definição de desemprego tem-se problema similar; por exemplo, existe uma tendência atual de descaracterizar a simples consulta a parentes como uma forma efetiva de busca de trabalho), sem dúvida o anúncio em jornais não constitui a única alternativa disponível.

Um outro ponto importante a se notar é que pode existir mais de uma vaga sendo anunciada em cada anúncio de emprego no jornal. No entanto, como muitas vezes o número de vagas por anúncio não está nele explicitado, torna-se praticamente inviável captar o total de vagas anunciadas nos jornais.

Assim, sob certas circunstâncias especiais, o crescimento no volume de anúncios de em-

prego em jornais seria uma proxy adequada para o crescimento do número de vagas. Contudo, para que isso ocorra, é preciso que se mantenham constantes duas relações: (i) a razão entre o número de vagas anunciadas e o total de vagas anunciadas em jornal; e, (ii) a razão entre o total de vagas anunciadas por anúncio de emprego e o total de anúncio de emprego publicados nos jornais.

Embora essa situação possa ser uma aproximação razoável para a realidade, e como ela será essencial para a interpretação do índice apresentado neste trabalho, é importante frisar quais os fatores que tendem a gerar desvios em relação a essa situação.

Como o anúncio em jornais é apenas uma das formas alternativas de divulgação disponíveis para as firmas, o volume de anúncios de emprego publicado em jornais – e, por conseguinte, a sua participação no volume total de anúncios de vagas – depende dos preços relativos das diferentes alternativas. Assim, caso o preço de um anúncio em jornal decline, é de se esperar que, mesmo se o volume total de vagas sendo anunciadas se mantiver constante, a fração anunciada em jornais aumente<sup>1</sup>. Nesse caso, um índice baseado apenas em vagas anunciadas em jornais mostraria um crescimento devido à mudança no preço do anúncio, e não a um aumento real do número de vagas. Da mesma forma, mudanças no preço de outras formas de divulgação teria o mesmo efeito de alterar a proporção das vagas divulgadas por meio de anúncios de jornal. Note-se que, mesmo se todos os preços das diversas formas de divulgação crescerem proporcionalmente, não se pode garantir que a participação dos anúncios de emprego publicados em jornal permanecerá constante.

### 3. METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE DE VAGAS

#### 3.1. INFORMAÇÕES INICIAIS

Os dados utilizados para a construção do Índice de Vagas referem-se ao total mensal de anúncios de emprego publicados nos jornais participantes. A maior parte dos jornais conseguiu recuperar esses dados desde o final dos anos oitenta, o que possibilitou a construção do Índice de Vagas para os últimos dez anos.

A princípio, apenas os dados de jornais dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo foram utilizados. Assim, foi possível obter dois índices, um para cada estado. Vale observar que, como uma maior abrangência geográfica do Índice de Vagas é desejável, no futuro pretende-se estendê-lo para os estados que abrigam as principais regiões metropolitanas do país.

Para a construção do Índice de Vagas para o Rio de Janeiro lançou-se mão dos dados fornecidos pelos seguintes jornais: Jornal do Brasil, O Dia e O Globo. As séries de total de anúncios mensais dos dois primeiros jornais remontam a janeiro de 1988, enquanto a do jornal O Globo começa em janeiro de 1993. Para a construção do Índice de Vagas para São Paulo, foram utilizados os dados dos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo. Ambas as séries fornecidas por esses jornais se iniciam em janeiro de 1990.

Deve-se notar que os jornais participantes estão entre os de maior circulação em seus respectivos estados. Optou-se pela utilização dos dados de mais de um jornal por estado por dois motivos. Em primeiro lugar, para que os índices não se tornassem demasiadamente influenciados por oscilações bruscas e idiossincráticas em cada jornal. Em segundo lugar, para que se obtivesse o máximo de informação sobre o total de anúncios para diferentes tipos de emprego, os quais podem aparecer em jornais com perfis distintos. Em contrapartida, cumpre observar que a presença de jornais concorrentes para um determinado segmento de leitores pode acarretar a dupla contagem de um mesmo anúncio, já que este pode aparecer em mais de um jornal. Entretanto, sob a hipótese de que os jornais não alteram os perfis de seus leitores e de seus anunciantes, a dupla contagem em nada altera o índice.

#### 3.2. A CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE DE VAGAS

A construção do Índice de Vagas seguiu os seguintes passos. Primeiramente, as séries mensais de cada jornal foram ajustadas para um mês padrão, que ficou definido como um mês de trinta dias com quatro domingos. Isso foi feito pois sabe-se que, em geral, domingos tendem a ser os dias de maior publicação de anúncios de oferta de emprego, e que em meses mais longos o total reportado por cada jornal deve se elevar.

A correção para o número de domingos e de dias do mês foi feita para cada jornal, multiplicando-se o seu fator de correção pelo total mensal de anúncios de emprego reportados. Tal fator é:

$$F_{j, m} = [4p_j + 26] / [D_m p_j + (M_m - D_m)]$$

<sup>1</sup> Deve-se notar que a redução no preço da divulgação de vagas pode levar as firmas a anunciarem vagas cujo preenchimento ela teria interesse marginal e que antes não tinha se dado ao trabalho de divulgar dado o alto custo da divulgação. Isso pode fazer com que o total de vagas anunciadas aumente.

onde o subscrito *j* se refere a cada jornal e o subscrito *m* a cada mês de um determinado ano. Além disso, *p* é o peso de um domingo em relação a um não domingo, ou seja, o quanto se tem a mais, em média, de anúncios de emprego nos domingos relativamente aos outros dias da semana, para cada jornal. Já *D* e *M* são, respectivamente, os números de domingos e de dias de cada mês em cada ano.<sup>2</sup>

Em seguida, foram somados os anúncios dos jornais para cada estado. Tornou-se necessário realizar uma correção para a ausência do jornal O Globo no índice do Rio de Janeiro no período anterior a janeiro de 1993, já que as informações para este jornal iniciam-se somente a partir desta data. Lembrando-se que para a construção de um índice os dados relevantes são as variações, a operacionalização da correção foi realizada da seguinte forma. Até janeiro de 1993 (inclusive), o índice para o Rio de Janeiro reflete somente as variações ocorridas no total de anúncios de emprego dos jornais O Dia e Jornal do Brasil. A partir de fevereiro de 1993, foram incluídos os dados de anúncios de emprego do jornal O Globo, com a variação ocorrida entre janeiro e fevereiro daquele ano tendo sido calculada incorporando-se o total de anúncios de emprego deste jornal no mês de janeiro. Feita essa correção, e tomando-se como base 100 a média dos anúncios em 1996, toda a série do índice pode ser construída com base nas variações desde janeiro de 1988 até o último par de meses.

A princípio, a correção descrita para o índice do Rio de Janeiro não caberia para São Paulo, uma vez que ambos os jornais participantes forneceram dados desde janeiro de 1990. Entretanto, devido a uma mudança de natureza comercial ocorrida nos anúncios da Folha de S. Paulo, o total reportado por este jornal sofre uma expressiva variação a partir de fevereiro de 1996. Para a correção dessa abrupta mudança, procedeu-se seguindo os mesmos passos descritos anteriormente para a inclusão de um jornal adicional no Rio de Janeiro. A diferença é que, no caso do índice de São Paulo, os dados da Folha de S. Paulo são utilizados desde janeiro de 1990, exceção feita para o par de meses de janeiro/fevereiro de 1996, no qual o índice de vagas foi calculado somente com base nos dados do jornal O Estado de S. Paulo.

O último passo na construção do Índice de Vagas foi a agregação dos dois índices. Obteve-se, assim, um único índice para o Rio de Janeiro e São Paulo, o qual nada mais é do que a média ponderada dos dois índices anteriormente calculados. Os índices foram ponderados com base na participação no total da população empregada – ou

seja, o total de empregados com e sem carteira assinada – em cada Região Metropolitana.<sup>3</sup> O Índice de Vagas agregado se inicia em janeiro de 1990, já que só existem informações disponíveis para as duas regiões a partir desta data.

### 3.3. SUMÁRIO DOS PASSOS PARA A CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE

A seguir, apresenta-se resumidamente como foi realizada a construção do Índice de Vagas:

- a) correção para o número de domingos e de dias do mês para cada jornal;
- b) agregação para cada estado dos anúncios mensais corrigidos dos jornais;
- c) correções: (i) para o Rio de Janeiro devido à ausência de dados do jornal O Globo para o período anterior a janeiro de 1993; e, (ii) para São Paulo devido à mudança de natureza comercial do jornal Folha de S. Paulo em fevereiro de 1996;
- d) padronização dos índices tomando como base 100 a média em cada estado no ano de 1996;
- e) agregação dos índices, utilizando-se como ponderador a participação na população empregada das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo;
- f) padronização do índice agregado tomando como base 100 a média no ano de 1996.

### 4. CONSIDERAÇÕES SOBRE A EVOLUÇÃO TEMPORAL DO ÍNDICE DE VAGAS

O Gráfico 1, no qual se apresentam médias móveis de 12 meses, mostra um certo sincronismo entre os índices do Rio de Janeiro e de São Paulo. Entre 1990 e o fim de 1992, os anúncios de emprego seguem uma trajetória declinante nos dois estados, havendo recuperação – um pouco mais cedo para o Rio – a partir do início de 1993. Desde

2

Os pesos dos domingos para cada jornal foram calculados lançando-se mão da técnica de regressão linear. As regressões foram rodadas por mínimos quadrados ordinários e especificadas sem intercepto. Elas tiveram como variável dependente o total de anúncios por mês de cada jornal e como variáveis independentes o número de domingos e o número de dias que não os domingos para cada mês. Portanto, os coeficientes estimados das regressões são, respectivamente, as médias de anúncios dominicais e não dominicais para cada jornal. O peso dos domingos para cada jornal foi estimada pela razão dos coeficientes encontrados em cada regressão. Vale observar que a técnica de regressão foi utilizada pois a informação mensal do total de anúncios de emprego publicados nos domingos não estava disponível para a maior parte dos jornais e para a maior parte do período coberto.

3

Os dados mensais sobre a população empregada foram obtidos a partir da Pesquisa Mensal de Emprego (PME-IBGE).

então, e até meados de 1995, os dois índices caminharam na mesma direção ascendente, exceção feita ao primeiro semestre de 1994, quando o índice do Rio de Janeiro sofre uma pequena retração. A partir do segundo semestre de 1995, o índice para o Rio de Janeiro inicia um trajetória declinante, que se estende até o final da série (março de 1999). Nesse período, o índice de São Paulo também segue uma trajetória de declínio. No entanto, distintamente do caso do Rio de Janeiro, o índice de São Paulo experimenta uma elevação entre meados de 1996 e de 1997. Os Gráficos 2 e 3 permitem acompanhar mais detalhadamente a trajetória do Índice de Vagas para cada estado isoladamente.

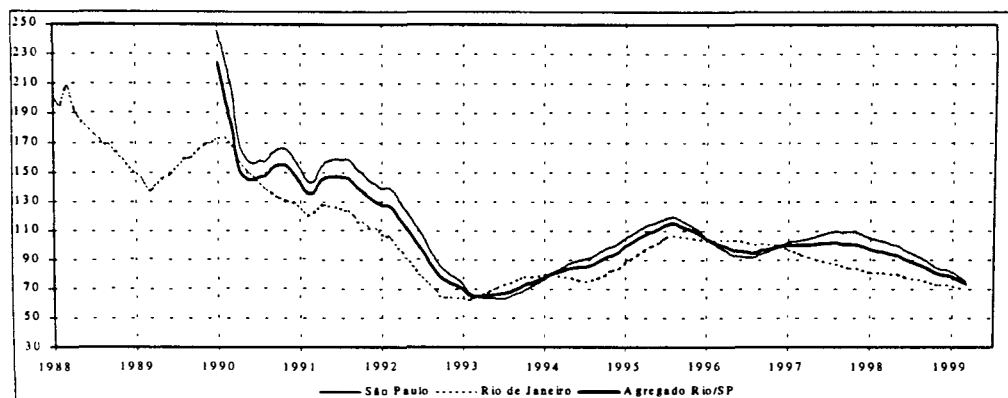
O índice agregado para Rio de Janeiro e São Paulo aparece nos Gráficos 1 e 4. Como é uma média ponderada dos índices desses dois estados, o índice agregado oscila con-

forme as variações nesses dois índices, dando, porém, peso quase duas vezes maior a São Paulo devido à sua maior participação no total da população empregada.

Da descrição do comportamento temporal do Índice de Vagas depreende-se o seu comportamento pró-cíclico. De fato, nota-se que nos períodos de queda do nível de atividade econômica o Índice de Vagas declina, enquanto nos períodos de recuperação de atividade ocorre o inverso.

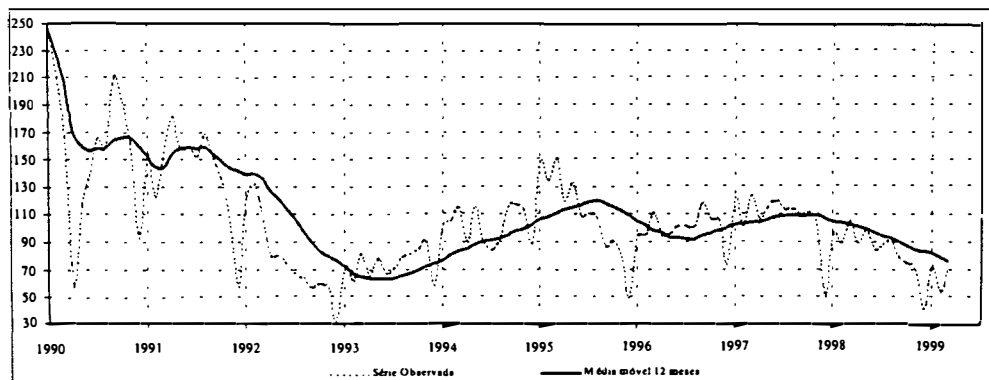
É interessante observar ainda, com base nos gráficos 2 e 3, a sazonalidade existente no mês de dezembro. Há nesse mês uma redução significativa no número de anúncios, talvez ocasionada pela presença das festas de fim de ano e pelo fato de que muitas empresas já fizeram as contratações para fazer frente ao aumento de demanda que geralmente se verifica nesse mês.

GRÁFICO 1  
Evolução do Índice de Vagas



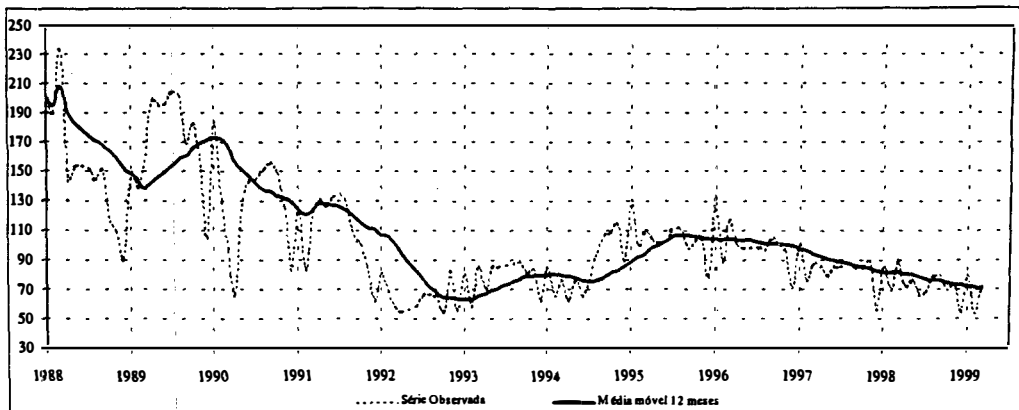
Fonte: Construído com base nas informações fornecidas pelos jornais O Globo, O Dia, Jornal do Brasil, O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo.  
Nota: (1) Média de 1996=100; (2) As séries apresentadas são média móvel de 12 meses.

GRÁFICO 2  
Evolução do Índice de Vagas para São Paulo



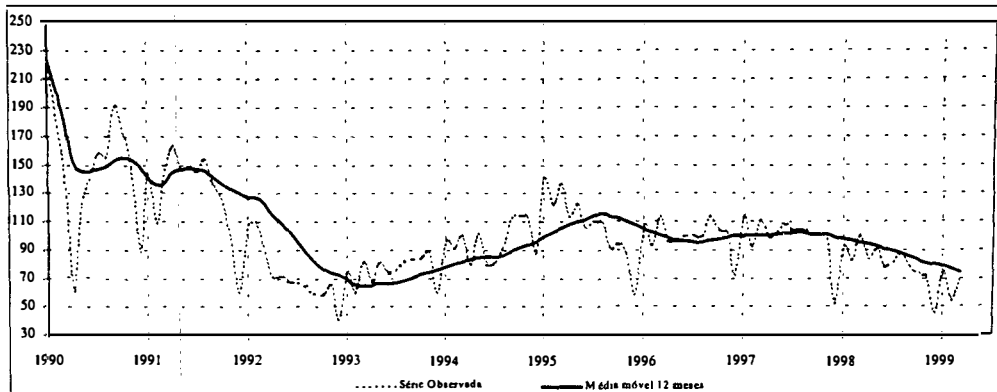
Fonte: Construído com base nas informações fornecidas pelos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo.  
Nota: (1) Média de 1996=100.

**GRÁFICO 3**  
**Evolução do Índice de Vagas para o Rio de Janeiro**



Fonte: Construído com base nas informações fornecidas pelos jornais O Globo, O Dia e Jornal do Brasil.  
Nota: (1) Média de 1996=100.

**GRÁFICO 4**  
**Evolução do Índice de Vagas para São Paulo**



Fonte: Construído com base nas informações fornecidas pelos jornais O Globo, O Dia, Jornal do Brasil, O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo.  
Nota: (1) Média de 1996=100.

# Anexo Estatístico

## ÍNDICE

### A.1. População Economicamente Ativa

- Tabela A.1.1 - PEA por Região Metropolitana
- Tabela A.1.2 - PEA por Gênero
- Tabela A.1.3 - PEA por Faixa Etária
- Tabela A.1.4 - Taxa de Participação por Região Metropolitana
- Tabela A.1.5 - Taxa de Participação por Gênero
- Tabela A.1.6 - Taxa de Participação por Faixa Etária

### A.2. Ocupação

- Tabela A.2.1 - Nível de Ocupação por Região Metropolitana
- Tabela A.2.2 - Nível de Ocupação por Setor de Atividade
- Tabela A.2.3 - Nível de Ocupação por Posição na Ocupação
- Tabela A.2.4 - Nível de Ocupação por Gênero
- Tabela A.2.5 - Nível de Ocupação por Faixa Etária
- Tabela A.2.6 - Nível de Ocupação por Grau de Instrução

### A.3. Movimentação De Mão-de-Obra

- Tabela A.3.1.a - Admissões por Unidade da Federação
- Tabela A.3.1.b - Desligamentos por Unidade da Federação
- Tabela A.3.1.c - Variação do Nível de Emprego por Unidade da Federação
- Tabela A.3.2.a - Admissões por Setor de Atividade
- Tabela A.3.2.b - Desligamentos por Setor de Atividade
- Tabela A.3.2.c - Variação do Nível de Emprego por Setor de Atividade
- Tabela A.3.3.a - Admissões por Gênero
- Tabela A.3.3.b - Desligamentos por Gênero
- Tabela A.3.3.c - Variação do Nível de Emprego por Gênero
- Tabela A.3.4.a - Admissões por Faixa Etária
- Tabela A.3.4.b - Desligamentos por Faixa Etária
- Tabela A.3.4.c - Variação do Nível de Emprego por Faixa Etária
- Tabela A.3.5.a - Admissões por Grau de Instrução
- Tabela A.3.5.b - Desligamentos por Grau de Instrução
- Tabela A.3.5.c - Variação do Nível de Emprego por Grau de Instrução

### A.4. Desemprego

- Tabela A.4.1.1 - Taxa de Desemprego Aberto por Região Metropolitana ( PME )
- Tabela A.4.1.2 - Taxa de Desemprego Aberto por Região Metropolitana ( PED )
- Tabela A.4.1.3 - Taxa de Desemprego Oculto por Desalento por Região Metropolitana (PED)
- Tabela A.4.1.4 - Taxa de Desemprego Oculto por Precariedade por Região Metropolitana (PED)
- Tabela A.4.1.5 - Taxa de Desemprego Total por Região Metropolitana (PED)
- Tabela A.4.2 - Taxa de Desemprego por Gênero (PME)
- Tabela A.4.3 - Taxa de Desemprego por Setor de Atividade (PME)
- Tabela A.4.4 - Taxa de Desemprego por Posição na Família (PME)
- Tabela A.4.5 - Taxa de Desemprego por Faixa Etária (PME)
- Tabela A.4.6 - Taxa de Desemprego por Grau de Instrução (PME)
- Tabela A.4.7 - Composição do Desemprego por Gênero
- Tabela A.4.8 - Composição do Desemprego por Setor de Atividade
- Tabela A.4.9 - Composição do Desemprego por Posição na Família
- Tabela A.4.10 - Composição do Desemprego por Faixa Etária
- Tabela A.4.11 - Composição do Desemprego por Grau de Instrução
- Tabela A.4.12 - Composição do Desemprego por Tempo sem Trabalho
- Tabela A.4.13 - Composição do Desemprego por Faixa de Duração

### **A.5. Seguro Desemprego**

- Tabela A.5.1 - Cobertura e Valor Médio do Benefício

### **A.7. Rendimentos**

- Tabela A.7.1 - Renda Real Média por Região Metropolitana
- Tabela A.7.2 - Renda Real Média por Setor de Atividade
- Tabela A.7.3 - Renda Real Média por Posição na Ocupação
- Tabela A.7.4 - Renda Real Média por Gênero
- Tabela A.7.5 - Renda Real Média por Faixa Etária
- Tabela A.7.6 - Renda Real Média por Grau de Instrução
- Tabela A.7.7 - Salário Mínimo Real
- Tabela A.7.8 - Relação entre Primeiro Salário do Admitido e o Último do Desligado
- Tabela A.7.9 - Relação entre Primeiro Salário do Admitido e o Último do Desligado por Setor
- Tabela A.7.10 - Relação entre Primeiro Salário do Admitido e o Último do Desligado por Gênero
- Tabela A.7.11 - Relação entre Primeiro Salário do Admitido e o Último do Desligado por Faixa Etária
- Tabela A.7.12 - Relação entre Primeiro Salário do Admitido e o Último do Desligado por Grau de Instrução

### **A.8. Produtividade**

- Tabela A.8.1 - Produtividade na Indústria de Transformação
- Tabela A.8.2 - Produtividade do Trabalhador
- Tabela A.8.3 - Produtividade Hora Paga

### **A.9. Informalidade**

- Tabela A.9.1 - Participação dos Empregados sem Carteira Assinada na Ocupação Total por Região Metropolitana
- Tabela A.9.2 - Participação dos Trabalhadores por Conta Própria na Ocupação Total por Região Metropolitana
- Tabela A.9.3 - Diferencial dos rendimentos dos empregados com e sem carteira assinada por região metropolitana
- Tabela A.9.4 - Diferencial dos rendimentos dos empregados com carteira assinada e trabalhadores por conta própria por região metropolitana

### **A.10. Atividade Sindical**

- Tabela A.10.1 - Número de Greves
- Tabela A.10.2 - Número de Grevistas
- Tabela A.10.3 - Número de Trabalhadores por Horas Paradas

## A.1 - População Economicamente Ativa

TABELA A.1.1  
PEA por região metropolitana

	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	TOTAL
Média 1991	4.208.466	6.885.836	1.269.144	1.426.707	1.065.954	992.087	15.848.195
Média 1992	4.183.108	6.938.833	1.286.908	1.425.139	1.088.418	1.009.493	15.931.898
Média 1993	4.228.284	6.936.090	1.297.896	1.466.221	1.101.360	1.026.800	16.056.650
Média 1994	4.235.085	7.094.547	1.408.734	1.528.699	1.099.679	1.065.000	16.431.743
Média 1995	4.283.585	7.282.190	1.404.441	1.599.872	1.111.122	1.073.470	16.754.682
Média 1996	4.342.119	7.603.345	1.451.736	1.642.070	1.123.584	1.110.754	17.273.609
Média 1997	4.325.935	7.598.853	1.455.926	1.735.468	1.137.912	1.114.136	17.368.230
Média 1998	4.397.831	7.705.368	1.494.981	1.773.822	1.191.206	1.122.102	17.685.309
<b>Média Jan-Abr/98</b>	<b>4.398.613</b>	<b>7.638.856</b>	<b>1.478.314</b>	<b>1.757.300</b>	<b>1.154.454</b>	<b>1.116.854</b>	<b>17.544.391</b>
Abr/98	4.391.492	7.754.847	1.487.848	1.760.482	1.208.442	1.104.417	17.707.528
Mai/98	4.435.703	7.813.145	1.506.561	1.781.405	1.200.382	1.115.981	17.853.177
Jun/98	4.378.870	7.746.370	1.498.351	1.789.990	1.203.064	1.119.407	17.736.052
Jul/98	4.420.714	7.660.360	1.505.138	1.781.760	1.196.946	1.133.010	17.697.928
Ago/98	4.399.259	7.770.697	1.511.361	1.799.734	1.238.050	1.127.894	17.846.995
Set/98	4.432.911	7.785.671	1.504.643	1.812.270	1.238.107	1.143.940	17.917.542
Out/98	4.422.637	7.795.078	1.502.386	1.785.166	1.217.074	1.123.578	17.845.919
Nov/98	4.359.134	7.706.333	1.498.593	1.757.948	1.196.118	1.116.552	17.634.678
Dez/98	4.330.287	7.631.336	1.499.486	1.748.394	1.186.912	1.117.442	17.513.857
Jan/99	4.378.446	7.614.176	1.461.659	1.751.329	1.158.028	1.118.658	17.482.296
Fev/99	4.353.894	7.589.255	1.466.231	1.719.922	1.149.770	1.110.194	17.389.266
Mar/99	4.404.453	7.702.111	1.471.705	1.765.813	1.156.629	1.107.756	17.608.467
Abr/99	4.358.332	7.645.153	1.493.013	1.753.605	1.191.591	1.104.007	17.545.701
<b>Média Jan-Abr/99</b>	<b>4.373.781</b>	<b>7.637.674</b>	<b>1.473.152</b>	<b>1.747.667</b>	<b>1.164.005</b>	<b>1.110.154</b>	<b>17.506.433</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.1.2  
PEA por gênero

	MASCULINO	FEMININO
Média 1991	9.744.102	6.104.093
Média 1992	9.889.346	6.042.552
Média 1993	9.882.113	6.174.537
Média 1994	10.073.502	6.358.241
Média 1995	10.153.021	6.601.660
Média 1996	10.383.991	6.889.617
Média 1997	10.375.947	6.992.284
Média 1998	10.471.056	7.214.254
<b>Média Jan-Abr/98</b>	<b>10.401.006</b>	<b>7.143.385</b>
Abr/98	10.462.929	7.244.597
Mai/98	10.511.576	7.341.601
Jun/98	10.472.707	7.263.344
Jul/98	10.519.885	7.178.044
Ago/98	10.594.756	7.252.239
Set/98	10.639.122	7.278.421
Out/98	10.544.289	7.301.632
Nov/98	10.427.496	7.207.181
Dez/98	10.338.812	7.175.047
Jan/99	10.331.697	7.150.602
Fev/99	10.232.803	7.156.464
Mar/99	10.333.075	7.275.390
Abr/99	10.310.499	7.235.202
<b>Média Jan-Abr/99</b>	<b>10.302.018</b>	<b>7.204.415</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.1.3  
PEA por faixa etária

	15-17	18-24	25-30	30-39	40-49	50-59	60-64	>=65
Média 1991	760.623	3.173.872	2.450.650	4.489.691	2.927.412	1.458.858	346.177	240.912
Média 1992	703.997	3.186.693	2.400.777	4.459.276	3.064.626	1.511.405	361.435	243.689
Média 1993	669.518	3.155.279	2.380.297	4.492.902	3.226.514	1.527.883	357.654	246.602
Média 1994	668.242	3.213.225	2.454.774	4.701.770	3.306.159	1.511.000	336.788	239.785
Média 1995	690.723	3.182.082	2.421.867	4.753.810	3.489.569	1.601.258	347.215	268.158
Média 1996	696.981	3.301.156	2.401.704	4.914.157	3.647.189	1.657.282	363.425	291.715
Média 1997	623.975	3.261.650	2.392.182	4.915.073	3.784.091	1.710.061	375.928	305.272
Média 1998	611.536	3.414.493	2.467.260	4.891.011	3.860.012	1.740.052	379.649	321.298
Média Jan-Abr/98	620.102	3.383.401	2.448.274	4.867.866	3.819.855	1.692.231	382.855	329.807
Abr/98	621.870	3.525.696	2.467.851	4.814.334	3.859.046	1.727.938	377.878	312.914
Mai/98	641.168	3.541.692	2.458.560	4.857.354	3.903.689	1.773.975	388.445	288.295
Jun/98	597.001	3.462.364	2.520.038	4.852.549	3.864.580	1.763.475	369.290	306.754
Jul/98	605.665	3.454.041	2.574.135	4.828.443	3.786.146	1.783.604	357.182	308.712
Ago/98	615.932	3.451.629	2.596.095	4.865.836	3.823.488	1.792.018	374.191	327.805
Set/98	640.205	3.476.636	2.498.757	4.954.952	3.872.411	1.757.270	382.760	334.552
Out/98	623.136	3.419.585	2.435.961	4.975.195	3.928.255	1.749.146	372.793	341.850
Nov/98	570.778	3.367.358	2.398.225	4.898.048	3.965.339	1.731.602	389.282	314.045
Dez/98	564.135	3.267.002	2.332.254	4.988.288	3.896.814	1.760.609	390.426	314.332
Jan/99	556.028	3.277.755	2.370.589	4.910.125	3.906.148	1.758.700	392.212	310.741
Fev/99	518.138	3.259.566	2.367.566	4.873.303	3.920.118	1.772.894	380.248	297.432
Mar/99	522.603	3.333.265	2.399.631	4.862.480	3.962.894	1.824.589	380.478	322.525
Abr/99	471.778	3.130.166	2.313.649	4.647.788	3.860.526	1.809.445	376.669	333.472
Média Jan-Abr/99	517.137	3.250.188	2.362.859	4.823.424	3.912.421	1.791.407	382.402	316.043

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.1.4  
Taxa de participação por região metropolitana (%)

	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	TOTAL
Média 1991	57,52	63,71	61,64	63,79	55,68	61,28	61,07
Média 1992	55,75	62,14	60,50	61,74	55,25	59,40	59,50
Média 1993	55,42	61,09	59,88	61,12	54,44	58,11	58,73
Média 1994	56,35	61,55	61,34	61,56	53,09	58,72	59,30
Média 1995	56,02	61,65	61,37	62,11	52,78	58,39	59,28
Média 1996	55,85	62,58	61,92	62,29	52,12	58,35	59,64
Média 1997	54,96	61,03	60,99	61,69	51,53	57,28	58,53
Média 1998	54,97	60,20	61,03	61,31	52,90	56,05	58,18
Média Jan-Abr/98	55,13	60,18	60,83	61,19	51,71	56,29	58,11
Abr/98	55,11	60,69	60,74	61,04	54,17	55,07	58,41
Mai/98	55,68	60,87	61,32	61,40	53,93	55,75	58,75
Jun/98	55,17	60,60	60,86	61,87	53,31	55,94	58,47
Jul/98	55,64	59,66	61,25	61,70	52,93	56,70	58,24
Ago/98	54,96	60,48	61,67	62,26	54,30	56,11	58,55
Set/98	55,38	60,60	61,15	62,52	54,60	56,73	58,76
Out/98	54,90	60,53	61,19	61,22	53,83	55,61	58,34
Nov/98	53,93	59,70	60,90	60,38	52,79	55,38	57,54
Dez/98	53,52	59,25	60,69	59,57	52,28	55,28	57,11
Jan/99	54,32	58,71	59,21	59,66	50,78	55,25	56,88
Fev/99	53,41	58,35	59,08	58,44	50,58	54,50	56,29
Mar/99	54,53	59,16	59,00	59,29	50,39	54,07	56,96
Abr/99	53,85	58,78	59,53	59,17	52,21	53,77	56,77
Média Jan-Abr/99	54,03	58,75	59,20	59,14	50,99	54,40	56,72

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.1.5  
Taxa de participação por gênero (%)

	MASCULINO	FEMININO
Média 1991	79,98	44,28
Média 1992	78,35	42,69
Média 1993	77,16	42,51
Média 1994	77,20	43,35
Média 1995	76,67	43,92
Média 1996	76,26	44,86
Média 1997	74,66	44,29
Média 1998	73,70	44,53
Média Jan-Abr/98	73,84	44,32
Abr/98	73,97	44,77
Mai/98	74,07	45,31
Jun/98	73,83	44,94
Jul/98	74,04	44,32
Ago/98	74,23	44,71
Set/98	74,23	45,00
Out/98	73,76	44,80
Nov/98	72,61	44,22
Dez/98	72,26	43,82
Jan/99	72,29	43,45
Fev/99	71,36	43,22
Mar/99	72,19	43,82
Abr/99	71,99	43,50
Média Jan-Abr/99	71,95	43,50

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.1.6  
Taxa de participação por faixa etária (%)

	15-17	18-24	25-30	30-39	40-49	50-59	60-64	>=65
Média 1991	35,83	68,58	74,80	74,59	71,73	52,78	32,28	12,00
Média 1992	32,67	66,76	73,49	73,85	70,58	51,75	31,43	11,37
Média 1993	29,97	65,99	73,42	74,15	70,33	51,24	30,40	10,86
Média 1994	28,99	65,10	74,32	75,20	71,65	51,54	29,12	10,79
Média 1995	28,70	65,21	74,77	75,33	72,41	52,21	29,69	11,25
Média 1996	28,00	65,90	75,29	76,15	72,80	52,76	30,80	11,66
Média 1997	24,43	64,32	75,36	75,99	72,13	52,13	30,62	11,46
Média 1998	23,64	64,42	75,75	76,09	71,48	51,37	29,83	11,58
Média Jan-Abr/98	24,03	64,32	74,89	76,12	71,43	50,93	30,44	11,90
Abr/98	23,84	65,74	75,28	76,14	71,36	51,23	30,65	11,41
Mai/98	24,71	65,77	75,71	76,56	71,58	51,89	30,85	10,71
Jun/98	23,55	64,74	75,93	76,33	71,48	51,54	29,48	11,34
Jul/98	23,92	64,60	76,50	75,84	70,94	51,85	28,37	11,21
Ago/98	23,88	64,86	76,69	75,93	71,91	52,25	29,71	11,74
Set/98	24,55	65,38	76,65	76,13	71,98	51,95	30,35	12,00
Out/98	23,75	64,77	76,50	76,04	72,04	51,60	29,02	12,05
Nov/98	21,65	63,44	76,37	75,66	71,49	50,47	29,51	11,20
Dez/98	21,49	62,23	75,12	76,13	70,60	51,18	28,88	11,08
Jan/99	21,64	62,28	74,85	75,79	70,68	50,51	29,14	10,66
Fev/99	20,04	61,47	74,86	75,35	70,06	50,31	28,38	10,18
Mar/99	20,25	62,91	75,36	75,58	70,76	51,57	28,67	10,92
Abr/99	19,96	62,28	74,65	75,34	70,14	51,34	28,90	11,39
Média Jan-Abr/99	20,47	62,23	74,93	75,51	70,41	50,93	28,77	10,79

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

## A.2 - Ocupação

TABELA A.2.1.  
Nível de ocupação por região metropolitana

	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	TOTAL
Média 1991	4.057.111	6.505.758	1.213.895	1.368.044	1.002.996	933.428	15.081.231
Média 1992	4.014.250	6.486.712	1.215.882	1.356.721	996.093	941.118	15.010.777
Média 1993	4.056.071	6.538.017	1.245.827	1.400.854	1.003.125	958.816	15.202.711
Média 1994	4.061.324	6.710.434	1.350.540	1.463.340	1.024.891	989.879	15.600.408
Média 1995	4.136.996	6.905.456	1.341.531	1.539.361	1.050.504	1.001.187	15.975.034
Média 1996	4.183.443	7.125.642	1.365.768	1.565.939	1.059.945	1.034.694	16.335.430
Média 1997	4.164.392	7.096.645	1.376.345	1.646.928	1.070.805	1.027.897	16.383.012
Média 1998	4.159.970	7.043.288	1.386.049	1.646.489	1.087.271	1.018.061	16.341.129
Média Jan-Abr/98	4.151.707	6.973.484	1.371.031	1.623.193	1.061.352	1.012.525	16.193.292
Abr/98	4.122.930	7.090.275	1.364.872	1.638.499	1.093.597	994.194	16.304.367
Mai/98	4.149.874	7.101.194	1.386.711	1.657.484	1.083.250	1.008.617	16.387.130
Jun/98	4.116.381	7.082.288	1.387.906	1.652.881	1.087.823	1.008.952	16.336.231
Jul/98	4.165.359	6.974.509	1.389.064	1.648.460	1.080.969	1.019.383	16.277.744
Ago/98	4.146.986	7.098.557	1.392.601	1.674.644	1.116.779	1.025.073	16.454.640
Set/98	4.206.236	7.109.232	1.387.148	1.688.017	1.121.845	1.034.844	16.547.322
Out/98	4.215.430	7.102.220	1.397.958	1.667.550	1.110.657	1.020.227	16.514.042
Nov/98	4.158.917	7.080.433	1.397.699	1.632.039	1.098.380	1.025.874	16.393.342
Dez/98	4.153.628	7.077.086	1.409.379	1.644.025	1.102.145	1.023.663	16.409.926
Jan/99	4.142.997	6.914.578	1.378.145	1.600.360	1.069.912	1.024.486	16.130.478
Fev/99	4.134.146	6.953.017	1.357.240	1.582.931	1.060.315	1.002.250	16.089.899
Mar/99	4.141.544	7.018.413	1.351.931	1.611.589	1.055.062	998.521	16.177.060
Abr/99	4.105.589	6.976.033	1.380.305	1.606.475	1.084.965	990.884	16.144.251
Média Jan-Abr/99	4.131.069	6.965.510	1.366.905	1.600.339	1.067.564	1.004.035	16.135.422

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.2.2  
Nível de ocupação por setor de atividade

	EXT. MIN.	IND. TR.	S.I.U.P.	CONS. CIV.	COMÉRCIO	SERVIÇOS	ADM. PÚBL.	AGRO.	OUTROS
Média 1991	36.144	3.348.188	176.549	1.083.333	2.195.681	5.382.887	1.460.841	113.978	1.283.631
Média 1992	35.479	3.082.649	177.347	1.121.110	2.194.223	5.488.279	1.515.874	112.640	1.283.176
Média 1993	32.299	3.075.942	177.932	1.076.255	2.272.518	5.639.194	1.538.441	112.913	1.277.217
Média 1994	37.455	3.079.025	170.080	1.129.093	2.358.312	5.877.612	1.545.485	121.841	1.281.504
Média 1995	31.986	3.115.809	163.627	1.108.262	2.440.445	6.166.619	1.531.924	121.401	1.294.960
Média 1996	29.513	2.979.089	155.741	1.160.477	2.503.514	6.470.735	1.602.481	105.053	1.328.828
Média 1997	31.139	2.864.626	149.253	1.146.879	2.527.574	6.587.973	1.606.916	98.374	1.370.278
Média 1998	26.919	2.731.099	141.370	1.152.583	2.474.687	6.737.359	1.582.416	90.610	1.404.086
Média Jan-Abr/98	28.311	2.773.216	141.905	1.116.753	2.468.031	6.651.565	1.554.151	85.592	1.373.769
Abr/98	29.892	2.776.239	138.463	1.169.893	2.435.251	6.707.763	1.553.367	90.285	1.403.213
Mai/98	24.547	2.822.174	148.847	1.152.470	2.433.340	6.661.832	1.602.832	94.239	1.446.848
Jun/98	27.802	2.749.378	141.668	1.165.084	2.453.797	6.668.769	1.601.052	86.715	1.441.965
Jul/98	24.112	2.664.047	142.337	1.182.294	2.453.330	6.710.162	1.598.358	89.049	1.414.055
Ago/98	24.358	2.690.455	139.393	1.200.305	2.483.977	6.817.561	1.586.649	91.274	1.420.669
Set/98	26.670	2.705.872	140.243	1.172.044	2.462.225	6.887.581	1.612.983	97.189	1.442.516
Out/98	23.766	2.714.947	138.811	1.157.002	2.455.849	6.891.726	1.625.431	99.579	1.406.931
Nov/98	30.162	2.672.605	138.658	1.167.625	2.522.644	6.811.292	1.571.018	90.780	1.388.557
Dez/98	28.360	2.660.854	138.862	1.167.156	2.558.958	6.793.133	1.574.061	96.123	1.392.418
Jan/99	26.944	2.624.841	145.213	1.105.773	2.496.771	6.713.768	1.553.527	87.465	1.376.177
Fev/99	25.121	2.560.713	139.517	1.103.109	2.470.969	6.722.845	1.587.968	79.978	1.399.678
Mar/99	23.057	2.627.034	142.345	1.094.574	2.429.023	6.718.323	1.626.902	80.551	1.435.251
Abr/99	21.391	2.623.389	132.787	1.122.316	2.418.971	6.688.531	1.631.784	72.224	1.432.858
Média Jan-Abr/99	24.128	2.608.995	139.966	1.106.443	2.453.933	6.710.867	1.600.045	80.054	1.410.991

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.2.3

**Nível de ocupação por posição na ocupação**

	CC	SC	CP	EMPRE	IGNORADO
Média 1991	8.100.113	3.138.779	3.031.013	667.918	143.408
Média 1992	7.736.477	3.325.838	3.142.996	652.557	152.909
Média 1993	7.717.174	3.495.476	3.183.870	660.391	145.801
Média 1994	7.698.589	3.693.913	3.389.385	656.849	161.673
Média 1995	7.743.111	3.847.728	3.507.169	716.085	160.941
Média 1996	7.632.617	4.050.282	3.720.662	752.617	179.253
Média 1997	7.603.265	4.065.808	3.810.842	739.232	163.865
Média 1998	7.495.494	4.156.111	3.783.837	741.463	164.224
Média Jan-Abr/98	7.479.098	4.062.010	3.738.462	751.135	162.587
Abr/98	7.480.560	4.216.928	3.665.336	772.692	168.851
Mai/98	7.553.155	4.203.449	3.707.677	757.642	165.206
Jun/98	7.577.034	4.112.477	3.737.317	754.946	154.456
Jul/98	7.530.444	4.139.121	3.728.101	716.249	163.828
Ago/98	7.485.122	4.272.972	3.799.604	728.491	168.451
Set/98	7.552.935	4.299.360	3.782.519	734.859	177.649
Out/98	7.464.819	4.287.454	3.862.433	721.792	177.544
Nov/98	7.428.206	4.167.213	3.895.664	741.599	160.659
Dez/98	7.437.824	4.143.243	3.938.883	737.431	152.544
Jan/99	7.284.324	4.127.863	3.822.883	735.664	159.744
Fev/99	7.195.073	4.185.756	3.835.814	713.434	159.822
Mar/99	7.203.787	4.243.322	3.832.779	730.387	166.785
Abr/99	7.202.562	4.239.277	3.788.332	750.792	163.288
Média Jan-Abr/99	7.221.436	4.199.055	3.819.952	732.569	162.410

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.2.4

**Nível de ocupação por gênero**

	MASCULINO	FEMININO
Média 1991	9.275.868	5.805.363
Média 1992	9.332.246	5.678.531
Média 1993	9.372.919	5.829.793
Média 1994	9.588.012	6.012.396
Média 1995	9.693.032	6.282.002
Média 1996	9.864.371	6.471.059
Média 1997	9.828.342	6.554.669
Média 1998	9.728.907	6.612.221
Média Jan-Abr/98	9.661.247	6.532.045
Abr/98	9.710.337	6.594.030
Mai/98	9.736.566	6.650.564
Jun/98	9.718.595	6.617.636
Jul/98	9.733.138	6.544.606
Ago/98	9.819.034	6.635.606
Set/98	9.887.442	6.659.880
Out/98	9.774.850	6.739.192
Nov/98	9.717.726	6.675.616
Dez/98	9.714.550	6.695.376
Jan/99	9.568.757	6.561.721
Fev/99	9.528.344	6.561.555
Mar/99	9.534.670	6.642.390
Abr/99	9.525.863	6.618.388
Média Jan-Abr/99	9.539.409	6.596.013

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A2.5

## Nível de ocupação por faixa etária

	15-17	18-24	25-30	30-39	40-49	50-59	60-64	>=65
Média 1991	671.196	2.882.065	2.315.721	4.327.338	2.862.885	1.439.607	342.950	239.468
Média 1992	604.388	2.836.005	2.237.397	4.270.071	2.981.046	1.484.012	356.670	241.188
Média 1993	586.473	2.825.848	2.232.486	4.314.918	3.144.471	1.499.615	354.195	244.706
Média 1994	588.349	2.900.554	2.303.013	4.524.538	3.225.555	1.486.775	333.792	237.831
Média 1995	615.612	2.888.206	2.290.113	4.582.476	3.415.097	1.574.941	342.864	265.725
Média 1996	605.529	2.954.547	2.253.013	4.703.151	3.545.811	1.626.379	358.881	288.118
Média 1997	537.143	2.904.732	2.232.959	4.694.572	3.669.120	1.671.668	371.315	301.501
Média 1998	499.288	2.935.883	2.251.607	4.591.651	3.692.407	1.682.573	370.668	317.053
Média Jan-Abr/98	506.449	2.902.653	2.231.063	4.562.479	3.654.584	1.637.386	374.505	324.173
Abr/98	522.526	3.012.510	2.234.857	4.507.993	3.682.423	1.667.716	370.285	306.059
Mai/98	508.249	3.024.831	2.225.132	4.536.911	3.719.199	1.711.931	375.783	285.094
Jun/98	489.640	2.948.238	2.274.825	4.555.169	3.708.545	1.698.556	359.246	302.012
Jul/98	491.285	2.952.219	2.319.097	4.543.799	3.602.082	1.716.541	348.137	304.585
Ago/98	497.871	2.959.414	2.375.582	4.559.971	3.645.564	1.730.810	360.302	325.126
Set/98	515.003	2.991.965	2.290.136	4.646.583	3.694.073	1.701.770	375.776	332.017
Out/98	511.803	2.944.243	2.244.888	4.657.195	3.756.971	1.693.330	366.672	338.940
Nov/98	478.700	2.919.847	2.201.597	4.619.257	3.804.456	1.681.194	379.838	308.453
Dez/98	473.107	2.879.227	2.163.776	4.731.009	3.759.661	1.707.197	384.238	311.712
Jan/99	446.437	2.797.687	2.169.921	4.593.309	3.730.675	1.703.892	383.930	304.627
Fev/99	422.649	2.782.184	2.172.528	4.577.895	3.752.339	1.716.012	371.333	294.959
Mar/99	426.214	2.781.369	2.188.634	4.553.582	3.783.211	1.756.335	371.646	316.070
Abr/99	431.057	2.841.043	2.176.117	4.460.550	3.759.512	1.771.951	373.090	330.931
Média Jan-Abr/99	431.589	2.800.571	2.176.800	4.546.334	3.756.434	1.737.048	375.000	311.647

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A2.6

## Nível de ocupação por grau de instrução

	0-4	5-8	9-11	>=12
Média 1991	5.878.403	3.847.265	3.202.251	2.153.312
Média 1992	5.646.197	3.863.969	3.293.742	2.206.870
Média 1993	5.489.234	3.971.740	3.457.760	2.283.978
Média 1994	5.526.679	4.142.516	3.599.424	2.331.788
Média 1995	5.446.139	4.271.083	3.812.055	2.445.757
Média 1996	5.228.892	4.422.069	4.062.443	2.622.026
Média 1997	4.920.843	4.386.951	4.313.935	2.761.281
Média 1998	4.474.137	4.449.702	4.573.661	2.843.629
Média Jan-Abr/98	4.492.694	4.383.016	4.508.500	2.809.082
Abr/98	4.493.373	4.347.814	4.576.947	2.886.233
Mai/98	4.515.735	4.394.489	4.603.086	2.873.819
Jun/98	4.535.381	4.370.946	4.587.279	2.842.626
Jul/98	4.462.070	4.392.044	4.603.596	2.820.033
Ago/98	4.489.874	4.561.895	4.592.501	2.810.370
Set/98	4.442.955	4.578.897	4.633.656	2.891.814
Out/98	4.446.236	4.572.598	4.611.681	2.883.528
Nov/98	4.425.368	4.503.747	4.585.987	2.878.239
Dez/98	4.401.245	4.489.747	4.632.143	2.886.791
Jan/99	4.292.358	4.330.707	4.604.765	2.902.648
Fev/99	4.189.748	4.279.331	4.666.933	2.953.887
Mar/99	4.211.806	4.261.024	4.681.351	3.022.880
Abr/99	4.240.458	4.187.444	4.673.985	3.042.364
Média Jan-Abr/99	4.233.592	4.264.626	4.656.758	2.980.445

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

## A.3 - Movimentação de Mão-de-Obra

TABELA A.3.1.a

## Movimentação de Mão de Obra - Admissões por UF

	1997	1998	JAN-FEV 98	FEV/98	MAR/98	ABR/98	MAI/98	JUN/98	JUL/98	AGO/98	SET/98
RO	41226	38719	6618	3288	3273	3829	3560	3561	3607	3321	3053
AC	8994	8833	1280	564	1006	678	852	780	861	996	741
AM	91056	78672	13091	5403	6778	6621	7679	6804	8244	6593	6890
RR	6046	6646	1104	585	839	693	496	550	498	735	528
PA	114700	119485	19320	9002	11680	9338	10069	11214	11269	10734	11057
AP	12200	11906	2153	1094	1295	1073	1149	1001	1022	988	946
TO	23030	26073	3662	2149	2618	2416	2473	2617	2630	2937	1962
MA	59430	56302	10121	4422	4551	4739	5292	4864	4957	5567	4519
PI	48189	46595	8064	3490	4265	3837	4052	4128	5326	4278	4250
CE	217229	202966	32009	15387	16736	16698	17572	18039	19248	19359	17919
RN	75400	86037	13466	6226	7047	6767	6279	6955	7447	8718	10294
PB	83152	73701	11438	5388	6159	5982	5695	5246	5895	7326	9407
PE	262423	238662	34564	15377	18688	18620	19207	18225	18805	22257	29712
AL	65726	63999	8228	3688	4439	4075	4442	4099	4859	4098	6503
SE	59676	59156	9334	4728	4663	5437	5373	4648	5675	6028	5375
BA	332226	320915	53350	24795	27138	29222	26241	24783	28911	28250	28009
MG	1296092	1234725	181524	88665	105992	112750	116446	113776	128573	120470	111291
ES	204651	177377	32871	14024	15654	14261	16586	14789	16295	15022	14790
RJ	1066241	984258	162287	79501	88960	86883	83620	82918	81712	98023	81178
SP	3279547	2868456	489078	242232	255585	281210	285019	249369	245002	260240	235271
PR	655639	602399	101058	51727	56188	54987	55366	53578	54854	56385	47162
SC	391709	366948	69088	35131	34501	29898	30359	28945	30411	39062	31024
RS	718864	703199	125261	58145	71210	65803	57932	56928	56428	60356	56770
MS	104127	101231	17229	8318	9165	8853	9598	8157	10097	9498	8832
MT	125764	124496	19264	9270	11057	9581	12017	10667	11287	16853	10003
GO	252061	241022	40152	20493	23619	21894	21758	20027	23674	24976	20475
DF	157782	161148	26158	13917	14542	13670	13767	13091	15190	15642	15175
TOTAL	9753180	9003926	1491772	727009	807648	819815	822899	769759	802777	848712	773136

	OUT/98	NOV/98	DEZ/98	JAN/99	FEV/99	JAN-FEV 99
RO	3152	2631	2114	2560	2442	5002
AC	682	592	365	516	488	1004
AM	5537	6972	3463	5664	4683	10347
RR	455	480	268	305	368	673
PA	9278	8880	6646	9109	8080	17189
AP	981	690	608	957	841	1798
TO	1966	1741	1051	1469	1244	2713
MA	4529	4084	3079	4056	3560	7616
PI	3016	3116	2263	3732	2821	6553
CE	17398	16119	11869	15628	11739	27367
RN	7630	7076	4358	6545	4775	11320
PB	6730	5331	4492	5340	4184	9524
PE	25139	19782	13663	17118	11960	29078
AL	15423	4876	2957	3795	2726	6521
SE	4739	4384	3500	4421	3767	8188
BA	28666	25115	21230	26559	19781	46340
MG	94904	83673	65326	89623	81301	170924
ES	12667	13090	11352	13720	10972	24692
RJ	76102	82514	60061	78272	66234	144506
SP	219156	203438	145088	216137	221920	438057
PR	44937	46203	31681	42713	43629	86342
SC	29061	22633	21966	28808	37463	66271
RS	55820	54076	42615	57490	48978	106468
MS	8137	6873	4792	8821	9870	18691
MT	10340	7942	5485	8823	9077	17900
GO	17788	15215	11444	16751	16229	32980
DF	11938	11574	10401	11555	9348	20903
TOTAL	716171	659100	492137	680487	638480	1318967

FONTES: Elaboração própria a partir de dados do CAGED/MTB.

TABELA A.3.1.b

## Movimentação de Mão de Obra - Desligamentos por UF

	1997	1998	JAN-FEV/98	FEV/98	MAR/98	ABR/98	MAI/98	JUN/98	JUL/98	AGO/98
RO	32636	36.946	6238	2879	3159	3332	2561	3801	3166	3051
AC	7981	8.085	1089	490	730	649	884	627	663	630
AM	87988	79.468	14473	5520	5851	5971	6929	6332	7462	5611
RR	6120	5.884	872	408	572	614	442	450	407	487
PA	105553	109.362	17776	8355	9004	7470	8761	9634	8848	8964
AP	10696	10.290	1700	728	1538	654	787	1079	796	741
TO	18110	22.223	2812	1268	1488	1514	1664	1541	2083	2169
MA	52173	56.685	10119	4882	4810	3950	4214	4498	3993	4339
PI	39814	43.077	7079	3242	3208	2480	3224	5033	3424	3588
CE	196531	194.028	35139	15540	17282	13751	15517	16613	16508	15519
RN	69176	72.891	12377	5786	6823	5182	5161	5325	5989	5653
PB	73683	68.377	14762	6712	5466	5090	4819	5155	5114	5419
PE	248972	230.097	50717	25891	20465	17164	17794	16070	17274	19097
AL	69404	67.360	12673	6913	13292	7056	4842	4005	4417	3802
SE	51946	54.385	9368	4881	4673	4072	4284	4202	4676	4338
BA	289503	290.286	47992	22524	25955	24019	21611	22989	23242	24515
MG	1173503	1.229.773	174112	82047	96545	88723	85086	91975	112858	113158
ES	188785	174.326	32916	14159	15901	12667	13624	14179	14552	14395
RJ	1019147	959.731	163745	73257	85495	79030	75963	80059	80011	86878
SP	3116746	2.965.654	495312	238274	245840	230908	223232	227000	239252	241670
PR	586401	590.980	98812	45948	48734	43899	44212	47995	57041	45912
SC	359010	352.793	62718	31394	32643	30048	28832	28308	35536	28076
RS	679527	675.659	115773	53936	61407	55472	57183	59358	60599	55283
MS	90049	96.932	14722	7147	8371	7047	6579	7393	8620	7505
MT	105918	119.072	17756	7603	8727	8197	8452	8164	11959	10388
GO	219140	226.316	35351	15926	19587	16385	16260	16842	20337	19120
DF	139114	144.796	24779	12536	13349	10235	11573	11837	12001	11920
TOTAL	9037626	8.885.476	1481182	698246	760915	685579	674490	700464	760828	742228

	SET/98	OUT/98	NOV/98	DEZ/98	JAN/99	FEV/99	JAN-FEV/99
RO	2782	2591	2767	3498	2562	2611	5173
AC	580	702	705	826	554	513	1067
AM	5917	6672	7077	7173	6758	6520	13278
RR	476	458	533	573	455	422	877
PA	9219	8301	10848	10537	9688	7729	17417
AP	674	713	626	982	780	693	1473
TO	1742	1891	2498	2821	2548	1709	4257
MA	5573	5158	4510	5521	4378	3851	8229
PI	3606	3857	3121	4457	3321	3366	6687
CE	15205	16135	15945	16414	16632	13017	29649
RN	6047	7109	6462	6763	6926	7376	14302
PB	5863	5442	5429	5818	7409	7124	14533
PE	16364	18939	17046	19167	20842	19475	40317
AL	3679	3605	4510	5479	6155	10119	16274
SE	4158	4750	4929	4935	3983	4127	8110
BA	24448	26107	23740	25668	24298	21856	46154
MG	132739	117186	104069	113322	87272	82139	169411
ES	15077	13646	12342	15027	12528	12665	25193
RJ	75328	75347	78959	78916	82810	71380	154190
SP	235493	234506	239736	352705	224918	237299	462217
PR	44612	46403	46358	67002	46808	50591	97399
SC	26892	26792	20338	32610	22650	37790	60440
RS	50920	51958	49967	57739	50179	49623	99802
MS	8573	7290	8916	11916	8729	9989	18718
MT	8957	12786	11203	12483	8013	7681	15694
GO	18346	19600	20131	24357	16547	16016	32563
DF	12084	11612	11365	14041	12006	10121	22127
TOTAL	735354	729556	714130	900750	689749	695802	1385551

FONTE: Elaboração própria a partir de dados da CAGED/MTB.

TABELA A.3.1.c

## Movimentação de Mão de Obra - Variação do Nível de Emprego por UF

	1997	1998	JAN-FEV/98	FEV/98	MAR/98	ABR/98	MAI/98	JUN/98	JUL/98	AGO/98	SET/98
RO	8590	1773	380	409	114	497	999	-240	441	270	271
AC	1013	748	191	74	276	29	-32	153	198	366	161
AM	3068	-796	-1382	-117	927	650	750	472	782	982	973
RR	-74	762	232	177	267	79	54	100	91	248	52
PA	9147	10123	1544	647	2676	1868	1308	1580	2421	1770	1838
AP	1504	1616	453	366	-243	419	362	-78	226	247	272
TO	4920	3850	850	881	1130	902	809	1076	547	768	220
MA	7257	-383	2	-460	-259	789	1078	366	964	1228	-1054
PI	8375	3518	985	248	1057	1357	828	-905	1902	690	644
CE	20698	8938	-3130	-153	-546	2947	2055	1426	2740	3840	2714
RN	6224	13146	1089	440	224	1585	1118	1630	1458	3065	4247
PB	9469	5324	-3324	-1324	693	892	876	91	781	1907	3544
PE	13451	8565	-16153	-10514	-1777	1456	1413	2155	1531	3160	13348
AL	-3678	-3361	-4445	-3225	-8853	-2981	-400	94	442	296	2824
SE	7730	4771	-34	-153	-10	1365	1089	446	999	1690	1217
BA	42723	30629	5358	2271	1183	5203	4630	1794	5669	3735	3561
MG	122589	4952	7412	6618	9447	24027	31360	21801	15715	7312	-21448
ES	15866	3051	-45	-135	-247	1594	2962	610	1743	627	-287
RJ	47094	24527	-1458	6244	3465	7853	7657	2859	1701	11145	5850
SP	162801	-97198	-6234	3958	9745	50302	61787	22369	5750	18570	-222
PR	69238	11419	2246	5779	7454	11088	11154	5583	-2187	10473	2550
SC	32699	14155	6370	3737	1858	-150	1527	637	-5125	10986	4132
RS	39337	27540	9488	4209	9803	10331	749	-2430	-4171	5073	5850
MS	14078	4299	2507	1171	794	1806	3019	764	1477	1993	259
MT	19846	5424	1508	1667	2330	1384	3565	2503	-672	6465	1046
GO	32921	14706	4801	4567	4032	5509	5498	3185	3337	5856	2129
DF	18668	16352	1379	1381	1193	3435	2194	1254	3189	3722	3091
TOTAL	715554	118450	10590	28763	46733	134236	148409	69295	41949	106484	37782

	OUT/98	NOV/98	DEZ/98	JAN/99	FEV/99	JAN-FEV/99
RO	561	-136	-1384	-2	-169	-171
AC	-20	-113	-461	-38	-25	-63
AM	-1135	-105	-3710	-1094	-1837	-2931
RR	-3	-53	-305	-150	-54	-204
PA	977	-1968	-3891	-579	351	-228
AP	268	64	-374	177	148	325
TO	75	-757	-1770	-1079	-465	-1544
MA	-629	-426	-2442	-322	-291	-613
PI	-841	-5	-2194	411	-545	-134
CE	1263	174	-4545	-1004	-1278	-2282
RN	521	614	-2405	-381	-2601	-2982
PB	1288	-98	-1326	-2069	-2940	-5009
PE	6200	2736	-5504	-3724	-7515	-11239
AL	11818	366	-2522	-2360	-7393	-9753
SE	-11	-545	-1435	438	-360	78
BA	2559	1375	-4438	2261	-2075	186
MG	-22282	-20396	-47996	2351	-838	1513
ES	-979	748	-3675	1192	-1693	-501
RJ	755	3555	-18855	-4538	-5146	-9684
SP	-15350	-36298	-207617	-8781	-15379	-24160
PR	-1466	-155	-35321	-4095	-6962	-11057
SC	2269	2295	-10644	6158	-327	5831
RS	3862	4109	-15124	7311	-645	6666
MS	847	-2043	-7124	92	-119	-27
MT	-2446	-3261	-6998	810	1396	2206
GO	-1812	-4916	-12913	204	213	417
DF	326	209	-3640	-451	-773	-1224
TOTAL	-13385	-55030	-408613	-9262	-57322	-66584

FONTE: Elaboração própria a partir de dados da CAGED/MTb.

TABELA A.3.2.a

**Movimentação de mão-de-obra - admissões por setor de atividade**

	EXT. MIN.	IND. TR.	S.I.U.P.	CONS. CIV.	COMÉRCIO	SERVIÇOS	ADM. PÚBL.	AGRO.	OUTROS/IGN	TOTAL
1997	42.914	2.246.266	69.272	1.165.864	2.249.858	3.386.915	109.412	414.005	68.674	9.753.180
1998	36.589	1.873.691	71.430	1.160.797	2.105.406	3.226.594	106.061	343.721	79.686	9.003.975
<b>Jan-Fev/98</b>	<b>7.338</b>	<b>311.497</b>	<b>12.706</b>	<b>191.349</b>	<b>335.771</b>	<b>543.364</b>	<b>24.772</b>	<b>57.045</b>	<b>7.935</b>	<b>1.491.777</b>
Fev/98	2.698	151.545	5.638	89.796	155.315	273.633	17.111	27.467	3.811	727.014
Mar/98	3.070	169.102	7.364	106.091	183.716	295.483	15.429	23.450	3.951	807.656
Abr/98	3.206	178.418	6.566	102.124	187.364	278.738	11.539	45.979	5.886	819.820
Mai/98	3.088	185.024	5.823	100.866	181.767	278.995	9.967	49.317	8.052	822.899
Jun/98	3.562	165.024	6.610	107.242	173.531	269.511	8.403	30.824	5.053	769.760
Jul/98	3.080	161.115	6.905	111.657	181.651	292.614	11.236	30.030	4.490	802.778
Ago/98	3.364	170.827	8.457	112.059	191.280	308.990	9.011	28.387	16.338	848.713
Set/98	3.362	168.987	4.968	99.030	184.810	274.674	4.970	27.923	4.415	773.139
Out/98	2.383	156.761	4.044	89.873	175.126	253.282	3.769	22.037	8.900	716.175
Nov/98	2.441	125.654	3.153	84.191	170.275	240.057	3.213	17.911	12.219	659.114
Dez/98	1.695	81.282	4.834	56.315	140.115	190.886	3.752	10.818	2.447	492.144
Jan/99	3.109	131.418	4.495	86.603	164.845	246.190	5.044	18.408	21.077	681.189
Fev/99	2.181	121.358	3.916	68.993	146.126	248.776	13.336	19.749	14.973	639.408
<b>Jan-Fev/99</b>	<b>5290</b>	<b>252776</b>	<b>8411</b>	<b>155596</b>	<b>310971</b>	<b>494966</b>	<b>18380</b>	<b>38157</b>	<b>36050</b>	<b>1320597</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CAGED/MTb.

TABELA A.3.2.b

**Movimentação de mão-de-obra - desligamentos por setor de atividade**

	EXT. MIN.	IND. TR.	S.I.U.P.	CONS. CIV.	COMÉRCIO	SERVIÇOS	ADM. PÚBL.	AGRO.	OUTROS/IGN	TOTAL
1997	41.563	2.243.681	94.900	1.071.622	1.951.562	3.077.533	113.313	384.417	59.035	9.037.626
1998	38.508	2.071.921	84.576	1.142.956	1.952.451	3.063.728	111.024	375.553	44.815	8.885.532
<b>Jan-Fev/98</b>	<b>7.388</b>	<b>364.988</b>	<b>15.934</b>	<b>172.612</b>	<b>344.291</b>	<b>528.808</b>	<b>24.092</b>	<b>54.007</b>	<b>9.391</b>	<b>1.521.511</b>
Fev/98	2.927	176.556	7.547	82.056	155.674	240.711	7.135	22.085	3.561	698.252
Mar/98	3.080	178.420	8.103	91.879	175.944	269.730	8.976	20.818	3.965	760.915
Abr/98	2.773	161.650	6.849	80.713	158.687	236.282	8.444	26.298	3.887	685.583
Mai/98	2.800	161.485	6.035	85.927	152.766	232.247	6.889	22.499	3.842	674.490
Jun/98	3.512	157.695	7.966	92.961	155.902	246.012	8.670	23.760	3.988	700.466
Jul/98	3.246	189.060	6.191	96.784	164.697	257.795	9.214	29.648	4.193	760.828
Ago/98	3.001	163.726	7.720	98.713	160.873	267.154	7.607	28.951	4.483	742.228
Set/98	3.338	159.833	6.653	104.793	168.446	249.505	6.677	31.694	4.420	735.359
Out/98	3.324	167.626	5.791	104.743	155.131	251.857	6.863	31.798	2.426	729.559
Nov/98	3.598	163.253	5.890	105.960	147.676	245.635	6.498	33.144	2.484	714.138
Dez/98	3.376	194.549	6.977	114.726	171.453	298.197	25.750	81.830	3.917	900.775
Jan/99	3.728	153.543	5.431	87.217	165.064	239.392	6.165	24.705	4.817	690.062
Fev/99	2.462	167.988	4.598	86.157	151.021	251.489	6.751	23.265	2.861	696.592
<b>Jan-Fev/99</b>	<b>6.190</b>	<b>321.531</b>	<b>10.029</b>	<b>173.374</b>	<b>316.085</b>	<b>490.881</b>	<b>12.916</b>	<b>47.970</b>	<b>7.678</b>	<b>1.386.654</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CAGED/MTb.

TABELA A.3.2.c

**Movimentação de mão-de-obra - variação do nível de emprego formal por setor de atividade**

	EXTR. MIN.	IND. TR.	S.I.U.P.	CONST. CIVIL	COMÉRCIO	SERVIÇOS	ADM. PÚBL.	AGRO.	OUTROS/IGN	TOTAL
1997	1.351	2.585	-25.628	94.242	298.296	309.382	-3.901	29.588	9.639	715.554
1998	-1.919	-198.230	-13.146	17.841	152.955	162.866	-4.963	-31.832	34.871	118.443
Jan-Fev/98	-50	-53.491	-3.228	18.737	-8.520	14.556	680	3.038	-1.456	-29.734
Fev/98	-229	-25.011	-1.909	7.740	-359	32.922	9.976	5.382	250	28.762
Mar/98	-10	-9.318	-739	14.212	7.772	25.753	6.453	2.632	-14	46.741
Abr/98	433	16.768	-283	21.411	28.677	42.456	3.095	19.681	1.999	134.237
Mai/98	288	23.539	-212	14.939	29.001	46.748	3.078	26.818	4.210	148.409
Jun/98	50	7.329	-1.356	14.281	17.629	23.499	-267	7.064	1.065	69.294
Jul/98	-166	-27.945	714	14.873	16.954	34.819	2.022	382	297	41.950
Ago/98	363	7.101	737	13.346	30.407	41.836	1.404	-564	11.855	106.485
Set/98	24	9.154	-1.685	-5.763	16.364	25.169	-1.707	-3.771	-5	37.780
Out/98	-941	-10.865	-1.747	-14.870	19.995	1.425	-3.094	-9.761	6.474	-13.384
Nov/98	-1.157	-37.599	-2.737	-21.769	22.599	-5.578	-3.285	-15.233	9.735	-55.024
Dez/98	-1.681	-113.267	-2.143	-58.411	-31.338	-107.311	-21.998	-71.012	-1.470	-408.631
Jan/99	-619	-22.125	-936	-614	-219	6.798	-1.121	-6.297	16.260	-8.873
Fev/99	-281	-46.630	-682	-17.164	-4.895	-2.713	6.585	-3.516	12.112	-57.184
Jan-Fev/99	-900	-68.755	-1.618	-17.778	-5.114	4.085	5.464	-9.813	28.372	-66.057

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CAGED/MTb.

TABELA A.3.3.a

**Movimentação de mão-de obra - admissões por gênero**

	MASC.	FEM.	TOTAL
1997	6.881.285	2.871.895	9.753.180
1998	6.338.027	2.665.948	9.003.975
Jan-Fev/98	1.051.367	440.410	1.491.777
Fev/98	498.207	228.807	727.014
Mar/98	560.409	247.247	807.656
Abr/98	581.456	238.364	819.820
Mai/98	585.468	237.431	822.899
Jun/98	543.669	226.091	769.760
Jul/98	573.568	229.210	802.778
Ago/98	599.528	249.185	848.713
Set/98	546.104	227.035	773.139
Out/98	504.792	211.383	716.175
Nov/98	457.179	201.935	659.114
Dez/98	334.487	157.657	492.144
Jan/99	481.292	199.897	681.189
Fev/99	440.388	199.020	639.408
Jan-Fev/99	921.680	398.917	1.320.597

Fonte: Elaboração própria a partir do CAGED/MTB

TABELA A.3.3.b

**Movimentação de mão-de obra - desligamentos por gênero**

	MASC.	FEM.	TOTAL
1997	6.401.102	2.636.524	9.037.626
1998	6.344.486	2.541.046	8.885.532
Jan-Fev/98	1.038.685	442.506	1.481.191
Fev/98	489.894	208.358	698.252
Mar/98	536.403	224.512	760.915
Abr/98	486.828	198.755	685.583
Mai/98	483.298	191.192	674.490
Jun/98	496.960	203.506	700.466
Jul/98	544.385	216.443	760.828
Ago/98	532.889	209.339	742.228
Set/98	528.333	207.026	735.359
Out/98	530.500	199.059	729.559
Nov/98	525.278	188.860	714.138
Dez/98	640.927	259.848	900.775
Jan/99	488.384	201.678	690.062
Fev/99	495.951	200.641	696.592
Jan-Fev/99	984.335	402.319	1.386.654

Fonte: Elaboração própria a partir do CAGED/MTb.

TABELA A.3.3.c

**Movimentação de mão-de obra - variação do nível de emprego por gênero**

	MASC.	FEM.	TOTAL
1997	480.183	235.371	715.554
1998	-6.459	124.902	118.443
Jan-Fev/98	12.682	-2.096	10.586
Fev/98	8.313	20.449	28.762
Mar/98	24.006	22.735	46.741
Abr/98	94.628	39.609	134.237
Mai/98	102.170	46.239	148.409
Jun/98	46.709	22.585	69.294
Jul/98	29.183	12.767	41.950
Ago/98	66.639	39.846	106.485
Set/98	17.771	20.009	37.780
Out/98	-25.708	12.324	-13.384
Nov/98	-68.099	13.075	-55.024
Dez/98	-306.440	-102.191	-408.631
Jan/99	-7.092	-1.781	-8.873
Fev/99	-55.563	-1.621	-57.184
Jan-Fev/99	-62.655	-3.402	-66.057

Fonte: Elaboração própria a partir do CAGED/MTb.

TABELA A.3.4.a

**Movimentação de mão-de obra - admissões por faixa etária**

	10-14	15-17	18-24	25-29	30-39	40-49	50-64	>=65	IGNORADO	TOTAL
1997	19.985	402.127	3.093.107	1.923.673	2.565.089	1.238.282	436.824	16.914	57.179	9.753.180
1998	15.068	338.414	2.845.113	1.770.262	2.401.015	1.174.411	407.448	14.541	37.703	9.003.975
Jan-Fev/98	676	51.407	446.509	295.468	409.158	205.368	73.667	2.763	6.761	1.491.777
Fev/98	466	26.347	219.734	144.150	198.914	98.221	34.570	1.259	3.353	727.014
Mar/98	809	29.528	252.002	159.787	217.557	106.201	36.901	1.286	3.585	807.656
Abr/98	1.058	30.499	259.805	162.668	219.955	104.764	36.169	1.303	3.599	819.820
Mai/98	1.376	30.785	262.630	162.763	218.077	105.299	36.739	1.438	3.792	822.899
Jun/98	1.446	29.572	243.713	149.959	204.412	100.255	35.359	1.310	3.734	769.760
Jul/98	1.866	31.157	251.864	154.889	213.702	106.566	38.046	1.343	3.345	802.778
Ago/98	2.285	33.740	268.785	164.944	226.241	110.586	37.730	1.274	3.128	848.713
Set/98	2.280	31.911	256.329	149.015	199.730	96.957	32.855	1.130	2.932	773.139
Out/98	2.377	30.643	236.814	137.939	185.621	89.098	29.917	969	2.797	716.175
Nov/98	801	23.099	208.470	132.260	175.772	86.317	29.051	992	2.352	659.114
Dez/98	94	16.073	158.192	100.570	130.790	63.000	21.014	733	1.678	492.144
Jan/99	119	17.368	206.058	137.653	187.171	95.733	33.825	1.234	2.028	681.189
Fev/99	138	15.615	190.284	129.126	180.789	89.881	30.585	1.031	1.959	639.408
Jan-Fev/99	257	32.983	396.342	266.779	367.960	185.614	64.410	2.265	3.987	1.320.597

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CAGED/MTb.

TABELA A.3.4.b

**Movimentação de mão-de-obra - desligamentos por faixa etária**

	10-14	15-17	18-24	25-29	30-39	40-49	50-64	>=65	IGNORADO	TOTAL
1997	4.243	225.195	2.505.364	1.817.976	2.519.871	1.332.117	550.638	33.576	48.646	9.037.626
1998	3.522	196.974	2.429.340	1.776.764	2.500.756	1.348.018	563.663	32.372	34.123	8.885.532
Jan-Fev/98	122	32.023	406.126	298.799	415.035	221.996	94.545	5.759	6.786	1.481.191
Fev/98	81	15.261	193.997	141.241	194.800	102.999	43.791	2.800	3.282	698.252
Mar/98	94	16.759	211.331	154.005	213.584	112.997	46.227	2.753	3.165	760.915
Abr/98	150	14.719	190.788	139.789	192.857	100.946	41.141	-2.386	2.807	685.583
Mai/98	161	13.696	185.961	137.777	190.767	100.120	40.845	2.383	2.780	674.490
Jun/98	261	15.294	191.875	140.803	197.405	105.997	43.427	2.610	2.794	700.466
Jul/98	394	18.362	208.748	152.077	214.925	114.065	47.011	2.664	2.582	760.828
Ago/98	586	19.297	206.246	146.734	207.353	111.479	45.373	2.637	2.523	742.228
Set/98	739	20.751	207.856	143.773	202.567	108.907	45.544	2.627	2.595	735.359
Out/98	703	19.054	202.107	142.479	203.333	111.231	45.321	2.517	2.814	729.559
Nov/98	232	12.657	182.581	141.919	204.728	116.924	50.132	2.652	2.313	714.138
Dez/98	80	14.362	235.721	178.609	258.202	143.356	64.097	3.384	2.964	900.775
Jan/99	72	12.604	184.622	139.025	197.063	107.078	44.625	2.650	2.323	690.062
Fev/99	77	12.767	185.195	140.724	201.409	107.826	43.923	2.526	2.145	696.592
Jan-Fev/99	149	25.371	369.817	279.749	398.472	214.904	88.548	5.176	4.468	1.386.654

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CAGED/MTb.

TABELA A.3.4.c

**Movimentação de mão-de-obra - variação do nível de emprego por faixa etária**

	10-14	15-17	18-24	25-29	30-39	40-49	50-64	>=65	IGNORADO	TOTAL
1997	15742	176932	587743	105697	45218	-93835	-113814	-16662	8533	715554
1998	11546	141440	415773	-6502	-99741	-173607	-156215	-17831	3580	118443
Jan-Fev/98	554	19384	40383	-3331	-5877	-16628	-20878	-2996	-25	10586
Fev/98	385	11086	25737	2909	4114	-4778	-9221	-1541	71	28762
Mar/98	715	12769	40671	5782	3973	-6796	-9326	-1467	420	46741
Abr/98	908	15780	69017	22879	27098	3818	-4972	-1083	792	134237
Mai/98	1215	17089	76669	24986	27310	5179	-4106	-945	1012	148409
Jun/98	1185	14278	51838	9156	7007	-5742	-8068	-1300	940	69294
Jul/98	1472	12795	43116	2812	-1223	-7499	-8965	-1321	763	41950
Ago/98	1699	14443	62539	18210	18888	-893	-7643	-1363	605	106485
Set/98	1541	11160	48473	5242	-2837	-11950	-12689	-1497	337	37780
Out/98	1674	11589	34707	-4540	-17712	-22133	-15404	-1548	-17	-13384
Nov/98	569	10442	25889	-9659	-28956	-30607	-21081	-1660	39	-55024
Dez/98	14	1711	-77529	-78039	-127412	-80356	-43083	-2651	-1286	-408631
Jan/99	47	4764	21436	-1372	-9892	-11345	-10800	-1416	-295	-8873
Fev/99	61	2848	5089	-11598	-20620	-17945	-13338	-1495	-186	-57184
Jan-Fev/99	108	7612	26525	-12970	-30512	-29290	-24138	-2911	-481	-66057

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CAGED/MTb.

TABELA A.3.5.a

**Movimentação de mão-de-obra - admissões por grau de instrução**

	ATÉ 4SER	4ABSER	1GR COMPL	2GR COMPL	SUP COMPL	IGNORADO	TOTAL
1997	2.999.126	1.882.784	2.666.621	1.711.718	414.327	78.604	9.753.180
1998	2.542.952	1.671.596	2.552.035	1.767.403	423.618	46.371	9.003.975
Jan-Fev/98	419.787	277.596	412.805	289.103	83.416	9.070	1.491.777
Fev/98	198.033	132.355	198.498	144.485	49.126	4.517	727.014
Mar/98	217.185	151.062	227.741	159.446	47.444	4.778	807.656
Abr/98	240.633	153.241	227.069	155.160	39.425	4.292	819.820
Mai/98	254.295	152.891	225.390	153.378	32.848	4.097	822.899
Jun/98	225.515	142.184	217.002	147.566	33.361	4.132	769.760
Jul/98	246.547	148.122	219.850	149.746	34.463	4.050	802.778
Ago/98	240.288	157.077	237.452	166.887	43.198	3.811	848.713
Set/98	217.329	144.019	223.830	151.283	33.024	3.654	773.139
Out/98	198.065	133.705	209.071	142.461	29.528	3.345	716.175
Nov/98	171.072	122.088	198.248	138.728	26.064	2.914	659.114
Dez/98	112.236	89.611	153.577	113.645	20.847	2.228	492.144
Jan/99	174.068	123.728	198.752	146.691	35.158	2.792	681.189
Fev/99	159.809	113.800	181.118	136.629	45.837	2.215	639.408
Jan-Fev/99	333.877	237.528	379.870	283.320	80.995	5.007	1.320.597

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CAGED/MTb.

TABELA A.3.5.b

**Movimentação de mão-de-obra - desligamentos por grau de instrução**

	ATÉ 4SER	4ABSER	1GR COMPL	2GR COMPL	SUP COMPL	IGNORADO	TOTAL
1997	2.995.245	1.750.414	2.359.693	1.485.920	392.113	54.241	9.037.626
1998	2.815.414	1.664.551	2.389.089	1.576.748	408.908	30.822	8.885.532
Jan-Fev/98	444.066	281.645	409.278	266.947	72.269	6.986	1.481.191
Fev/98	212.960	134.073	192.994	121.477	33.304	3.444	698.252
Mar/98	223.850	144.935	212.931	139.237	36.852	3.110	760.915
Abr/98	200.309	130.742	193.633	125.504	32.988	2.407	685.583
Mai/98	201.341	131.342	189.362	122.249	27.845	2.351	674.490
Jun/98	208.856	134.118	193.571	128.690	32.515	2.716	700.466
Jul/98	240.078	145.165	205.226	132.824	35.128	2.407	760.828
Ago/98	241.186	137.547	196.982	131.495	32.736	2.282	742.228
Set/98	249.378	136.062	194.411	124.435	28.844	2.229	735.359
Out/98	240.854	135.807	192.604	127.250	30.987	2.057	729.559
Nov/98	239.346	130.022	186.968	125.832	30.067	1.903	714.138
Dez/98	326.150	157.166	214.123	152.285	48.677	2.374	900.775
Jan/99	196.923	124.874	191.010	135.187	40.160	1.908	690.062
Fev/99	198.807	128.630	197.193	133.671	36.700	1.591	696.592
Jan-Fev/99	395.730	253.504	388.203	268.858	76.860	3.499	1.386.654

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CAGED/MTb.

TABELA A.3.5.c

**Movimentação de mão-de-obra - variação do nível de emprego por grau de instrução**

	ATÉ 4SER	4A8SER	1GR COMPL	2GR COMPL	SUP COMPL	IGNORADO	TOTAL
1997	3881	132370	306928	225798	22214	24363	715554
1998	-272462	7045	162946	190655	14710	15549	118443
Jan-Fev/98	-24279	-4049	3527	22156	11147	2084	10586
Fev/98	-14927	-1718	5504	23008	15822	1073	28762
Mar/98	-6665	6127	14810	20209	10592	1668	46741
Abr/98	40324	22499	33436	29656	6437	1885	134237
Mai/98	52954	21549	36028	31129	5003	1746	148409
Jun/98	16659	8066	23431	18876	846	1416	69294
Jul/98	6469	2957	14624	16922	-665	1643	41950
Ago/98	-898	19530	40470	35392	10462	1529	106485
Set/98	-32049	7957	29419	26848	4180	1425	37780
Out/98	-42789	-2102	16467	15211	-1459	1288	-13384
Nov/98	-68274	-7934	11280	12896	-4003	1011	-55024
Dez/98	-213914	-67555	-60546	-38640	-27830	-146	-408631
Jan/99	-22855	-1146	7742	11504	-5002	884	-8873
Fev/99	-38998	-14830	-16075	2958	9137	624	-57184
Jan-Fev/99	-61853	-15976	-8333	14462	4135	1508	-66057

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CAGED/MTb.

## A.4 - Desemprego

TABELA A.4.1.1

## Taxa de desemprego aberto por região metropolitana - PME (%)

	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	TOTAL
Média 1991	3,59	5,52	4,35	4,11	5,90	5,91	4,84
Média 1992	4,04	6,51	5,51	4,81	8,46	6,77	5,78
Média 1993	4,07	5,74	4,02	4,46	8,91	6,62	5,32
Média 1994	4,11	5,42	4,13	4,29	6,81	7,06	5,06
Média 1995	3,42	5,17	4,47	3,78	5,46	6,73	4,65
Média 1996	3,65	6,29	5,92	4,64	5,66	6,84	5,43
Média 1997	3,73	6,60	5,47	5,09	5,89	7,73	5,67
Média 1998	5,41	8,59	7,28	7,18	8,69	9,27	7,60
Média Jan-Abr/98	5,61	8,71	7,25	7,63	8,01	9,34	7,70
Abr/98	6,12	8,57	8,27	6,93	9,50	9,98	7,92
Mai/98	6,44	9,11	7,96	6,96	9,76	9,62	8,21
Jun/98	5,99	8,57	7,37	7,66	9,58	9,87	7,89
Jul/98	5,78	8,95	7,71	7,48	9,69	10,03	8,02
Ago/98	5,73	8,65	7,86	6,95	9,80	9,12	7,80
Set/98	5,11	8,69	7,81	6,86	9,39	9,54	7,65
Out/98	4,69	8,89	6,95	6,59	8,74	9,20	7,46
Nov/98	4,59	8,12	6,73	7,16	8,17	8,12	7,04
Dez/98	4,08	7,26	6,01	5,97	7,14	8,39	6,30
Jan/99	5,38	9,19	5,71	8,62	7,61	8,42	7,73
Fev/99	5,05	8,38	7,43	7,96	7,78	9,72	7,47
Mar/99	5,97	8,88	8,14	8,73	8,78	9,86	8,13
Abr/99	5,80	8,75	7,55	8,39	8,95	10,25	7,99
Média Jan-Abr/99	5,55	8,80	7,21	8,43	8,28	9,56	7,83

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.4.1.2

## Taxa de desemprego aberto por região metropolitana - PED (%)

	SP	DF	PA	SAL	BH	RE
Média 1991	7,92	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Média 1992	9,13	10,09	8,37	n.d.	n.d.	n.d.
Média 1993	8,68	9,86	7,32	n.d.	n.d.	n.d.
Média 1994	8,13	9,83	7,97	n.d.	n.d.	n.d.
Média 1995	8,95	10,64	7,98	n.d.	n.d.	n.d.
Média 1996	9,93	10,99	9,06	n.d.	7,85	n.d.
Média 1997	10,16	10,94	9,51	12,33	8,62	10,45
Média 1998	11,68	12,08	11,02	14,09	10,00	11,75
Méd. Jan/98 - Mar/98	11,13	11,87	9,83	12,73	8,93	11,03
Mar/98	12,00	12,40	10,60	13,60	9,90	11,80
Abr/98	12,50	12,50	11,40	14,30	10,50	12,60
Mai/98	12,40	12,40	11,60	14,40	10,50	12,70
Jun/98	12,30	12,40	11,30	14,80	10,40	12,60
Jul/98	12,10	12,30	11,00	14,40	10,20	12,00
Ago/98	12,00	11,70	11,00	14,80	10,40	12,10
Set/98	11,70	11,70	11,30	14,90	10,40	12,20
Out/98	11,60	11,90	11,90	15,10	10,20	12,00
Nov/98	11,30	12,10	12,00	14,50	10,20	11,20
Dez/98	10,80	12,30	11,20	13,60	10,40	10,70
Jan/99	10,70	12,60	11,30	13,50	10,60	10,80
Fev/99	11,60	13,20	11,50	14,10	11,10	11,10
Mar/99	12,90	14,00	12,30	n.d.	12,00	n.d.
Méd. Jan/99 - Mar/99	11,73	13,27	11,70	13,80	11,23	10,95

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação Seade/DIEESE e do SINE/CE.

TABELA A.4.1.3

**Taxa de desemprego oculto por desalento - PED (%)**

	SP	DF	PA	SAL	BH	RE
Média 1991	0,88	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Média 1992	1,33	2,50	1,34	n.d.	n.d.	n.d.
Média 1993	1,32	2,55	1,25	n.d.	n.d.	n.d.
Média 1994	0,93	2,20	0,98	n.d.	n.d.	n.d.
Média 1995	0,93	2,05	0,78	n.d.	n.d.	n.d.
Média 1996	1,25	2,73	1,01	n.d.	1,53	n.d.
Média 1997	1,46	2,93	1,11	n.d.	1,58	n.d.
Média 1998	1,89	3,03	1,43	3,39	1,70	4,63
Méd. Jan/98 - Mar/98	1,83	3,17	1,30	3,43	1,70	4,50
Mar/98	1,80	3,20	1,30	3,50	n.d.	4,60
Abr/98	1,70	3,00	1,40	3,30	n.d.	4,60
Mai/98	1,80	2,80	1,50	3,30	n.d.	4,90
Jun/98	1,80	2,90	1,40	3,30	n.d.	4,80
Jul/98	1,90	3,00	1,30	3,50	n.d.	n.d.
Ago/98	2,00	3,00	1,20	3,50	n.d.	n.d.
Set/98	2,00	n.d.	1,40	3,50	n.d.	n.d.
Out/98	2,00	2,90	1,50	3,20	n.d.	n.d.
Nov/98	2,00	3,00	1,80	n.d.	n.d.	n.d.
Dez/98	2,00	3,20	1,70	n.d.	n.d.	n.d.
Jan/99	2,30	n.d.	1,20	n.d.	n.d.	n.d.
Fev/99	2,40	n.d.	1,70	n.d.	n.d.	n.d.
Mar/99	2,40	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Méd. Jan/99 - Mar/99	2,37	n.d.	1,45	n.d.	n.d.	n.d.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação Seade/DIEESE e do SINE/CE.

TABELA A.4.1.4

**Taxa de desemprego oculto por precariedade - PED (%)**

	SP	DF	PA	SAL	BH	RE
Média 1991	2,825	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Média 1992	4,46	2,94	4,54	n.d.	n.d.	n.d.
Média 1993	4,66	2,76	3,76	n.d.	n.d.	n.d.
Média 1994	3,03	2,58	2,40	n.d.	n.d.	n.d.
Média 1995	3,27	2,78	1,92	n.d.	n.d.	n.d.
Média 1996	3,79	3,23	2,84	n.d.	3,31	n.d.
Média 1997	4,05	3,93	2,74	n.d.	3,01	n.d.
Média 1998	4,63	4,17	3,10	7,21	3,70	5,20
Méd. Jan/98 - Mar/98	4,33	4,23	2,60	7,07	3,70	5,37
Mar/98	4,30	4,10	2,60	7,00	n.d.	5,30
Abr/98	4,70	3,80	2,60	6,90	n.d.	5,00
Mai/98	4,70	4,00	2,60	7,40	n.d.	5,10
Jun/98	4,80	4,10	2,70	7,40	n.d.	5,00
Jul/98	4,90	4,60	3,20	7,50	n.d.	n.d.
Ago/98	4,90	4,30	3,30	7,10	n.d.	n.d.
Set/98	4,80	n.d.	3,20	7,20	n.d.	n.d.
Out/98	4,50	3,90	3,50	7,40	n.d.	n.d.
Nov/98	4,50	4,10	3,90	n.d.	n.d.	n.d.
Dez/98	4,70	4,40	4,40	n.d.	n.d.	n.d.
Jan/99	4,70	n.d.	4,10	n.d.	n.d.	n.d.
Fev/99	4,70	n.d.	4,00	n.d.	n.d.	n.d.
Mar/99	4,60	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Méd. Jan/99 - Mar/99	4,67	n.d.	4,05	n.d.	n.d.	n.d.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação Seade/DIEESE e do SINE/CE.

TABELA A.4.1.5

## Taxa de desemprego total - PED (%)

	SP	DF	PA	SAL	BH	RE
Média 1991	11,63	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Média 1992	14,93	15,45	14,26	n.d.	n.d.	n.d.
Média 1993	14,68	15,17	12,33	n.d.	n.d.	n.d.
Média 1994	14,30	14,62	11,34	n.d.	n.d.	n.d.
Média 1995	13,16	15,47	10,68	n.d.	n.d.	n.d.
Média 1996	14,97	16,95	12,91	n.d.	12,70	n.d.
Média 1997	15,72	17,81	13,36	21,44	13,23	19,15
Média 1998	18,18	19,26	15,54	24,68	15,58	21,49
<b>Méd. Jan/98 - Mar/98</b>	<b>17,30</b>	<b>19,27</b>	<b>13,73</b>	<b>23,20</b>	<b>14,40</b>	<b>20,90</b>
Mar/98	18,10	19,70	14,50	24,10	15,30	21,70
Abr/98	18,90	19,30	15,40	24,50	15,90	22,20
Mai/98	18,90	19,20	15,70	25,10	16,00	22,70
Jun/98	19,00	19,40	15,40	25,50	16,20	22,40
Jul/98	18,90	19,90	15,50	25,40	16,10	21,90
Ago/98	18,90	19,00	15,50	25,40	16,20	21,50
Set/98	18,50	18,70	15,90	25,60	15,80	21,80
Out/98	18,10	18,70	16,90	25,70	15,60	21,30
Nov/98	17,70	19,20	17,70	25,20	15,70	21,00
Dez/98	17,40	19,90	17,30	24,20	16,30	20,40
Jan/99	17,80	20,70	17,20	n.d.	16,70	20,40
Fev/99	18,70	21,60	17,20	n.d.	16,80	20,90
Mar/99	19,90	22,00	18,60	n.d.	17,90	21,40
<b>Méd. Jan/99 - Mar/99</b>	<b>18,80</b>	<b>21,43</b>	<b>17,67</b>	<b>n.d.</b>	<b>17,13</b>	<b>20,90</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação Seade/DIEESE e do SINE/CE.

TABELA A.4.2

## Taxa de desemprego por gênero - PME (%)

	MASCULINO	FEMININO
Média 1991	4,81	4,89
Média 1992	5,63	6,03
Média 1993	5,15	5,59
Média 1994	4,82	5,45
Média 1995	4,53	4,84
Média 1996	5,01	6,08
Média 1997	5,28	6,26
Média 1998	7,09	8,34
<b>Média Jan-Abr/98</b>	<b>7,11</b>	<b>8,55</b>
Abr/98	7,19	8,98
Mai/98	7,37	9,41
Jun/98	7,20	8,89
Jul/98	7,48	8,82
Ago/98	7,32	8,50
Set/98	7,07	8,50
Out/98	7,30	7,70
Nov/98	6,81	7,38
Dez/98	6,04	6,69
Jan/99	7,38	8,24
Fev/99	6,88	8,31
Mar/99	7,73	8,70
Abr/99	7,61	8,53
<b>Média Jan-Abr/99</b>	<b>7,40</b>	<b>8,44</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/ABGE.

TABELA A.4.3

**Taxa de desemprego por setor de atividade - PME (%)**

	IND. TR.	CONS. CIV.	COMÉRCIO	SERVIÇOS	OUTROS
Média 1991	6,48	5,61	5,34	4,75	0,63
Média 1992	7,67	6,86	6,26	5,63	0,85
Média 1993	6,59	6,59	5,66	5,23	0,86
Média 1994	6,25	6,03	5,42	5,05	0,80
Média 1995	5,85	5,45	5,04	4,64	0,77
Média 1996	6,90	5,94	6,02	5,50	0,79
Média 1997	7,05	6,23	6,37	5,76	0,92
Média 1998	9,09	8,88	7,98	7,74	1,12
Média Jan-Abr/98	9,42	8,56	8,25	7,73	1,02
Abr/98	9,57	9,17	8,39	8,03	0,92
Mai/98	9,24	9,82	8,45	8,56	1,25
Jun/98	9,00	8,85	9,15	8,00	1,21
Jul/98	9,77	9,23	7,98	8,43	1,23
Ago/98	9,09	9,49	8,10	7,94	1,28
Set/98	8,76	8,69	7,76	7,95	1,30
Out/98	8,84	9,55	7,74	7,67	1,14
Nov/98	8,65	8,82	7,62	6,98	1,09
Dez/98	8,05	7,88	5,95	6,45	0,90
Jan/99	8,55	9,57	8,22	7,78	1,35
Fev/99	8,33	10,09	7,45	7,47	1,07
Mar/99	9,33	10,49	9,19	8,12	1,28
Abr/99	9,34	9,69	8,93	8,57	1,36
Média Jan-Abr/99	8,89	9,96	8,45	7,98	1,26

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE

TABELA A.4.4

**Taxa de desemprego por posição na família - PME (%)**

	CHEFE	CÔNJUGE	FILHO	OUTROS
Média 1991	3,08	2,59	9,38	6,16
Média 1992	3,66	3,38	11,01	7,16
Média 1993	3,39	3,08	10,04	6,83
Média 1994	3,22	3,11	9,72	6,68
Média 1995	2,95	2,87	8,97	5,67
Média 1996	3,42	3,79	10,02	7,25
Média 1997	3,70	3,90	10,36	7,08
Média 1998	5,05	5,43	13,42	9,29
Média Jan-Abr/98	5,07	5,65	13,61	9,40
Abr/98	5,31	6,22	13,53	9,31
Mai/98	5,42	6,43	14,21	9,55
Jun/98	5,20	5,73	13,79	10,39
Jul/98	5,41	5,88	13,83	9,83
Ago/98	5,21	5,63	13,69	9,49
Set/98	4,98	5,26	13,54	10,33
Out/98	4,97	5,07	13,38	9,04
Nov/98	4,82	4,53	12,76	8,00
Dez/98	4,33	3,99	11,43	7,21
Jan/99	5,06	4,79	14,28	9,56
Fev/99	4,85	5,22	13,48	8,99
Mar/99	5,31	5,52	14,85	9,56
Abr/99	5,59	5,46	15,13	9,70
Média Jan-Abr/99	5,20	5,25	14,44	9,45

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE

TABELA A.4.5.

## Taxa de desemprego por faixa etária - PME (%)

	15-17	18-24	25-30	30-39	40-49	50-59	60-64	>=65
Média 1991	11,73	9,18	5,50	3,62	2,21	1,32	0,93	0,59
Média 1992	14,10	11,00	6,80	4,24	2,73	1,81	1,31	1,01
Média 1993	12,38	10,44	6,21	3,96	2,55	1,85	0,96	0,76
Média 1994	12,01	9,72	6,18	3,77	2,45	1,60	0,89	0,82
Média 1995	10,88	9,23	5,44	3,60	2,13	1,64	1,25	0,91
Média 1996	13,09	10,49	6,20	4,29	2,78	1,87	1,25	1,23
Média 1997	13,90	10,94	6,65	4,48	3,04	2,25	1,23	1,23
Média 1998	18,31	14,00	8,73	6,12	4,34	3,30	2,37	1,32
Média Jan-Abr/98	18,32	14,19	8,87	6,27	4,32	3,24	2,18	1,70
Abr/98	15,98	14,56	9,44	6,36	4,58	3,49	2,01	2,19
Mai/98	20,73	14,59	9,49	6,60	4,73	3,50	3,26	1,11
Jun/98	17,98	14,85	9,73	6,13	4,04	3,68	2,72	1,55
Jul/98	18,89	14,53	9,91	5,90	4,86	3,76	2,53	1,34
Ago/98	19,17	14,26	8,49	6,29	4,65	3,42	3,71	0,82
Set/98	19,56	13,94	8,35	6,22	4,61	3,16	1,82	0,76
Out/98	17,87	13,90	7,84	6,39	4,36	3,19	1,64	0,85
Nov/98	16,13	13,29	8,20	5,69	4,06	2,91	2,43	1,78
Dez/98	16,14	11,87	7,22	5,16	3,52	3,03	1,58	0,83
Jan/99	19,71	14,65	8,46	6,45	4,49	3,12	2,11	1,97
Fev/99	18,43	14,65	8,24	6,06	4,28	3,21	2,34	0,83
Mar/99	18,44	16,56	8,79	6,35	4,53	3,74	2,32	2,00
Abr/99	18,73	16,94	9,47	6,47	4,80	3,71	1,68	1,38
Média Jan-Abr/99	18,83	15,70	8,74	6,33	4,53	3,44	2,12	1,55

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.4.6.

## Taxa de desemprego por grau de instrução - PME (%)

	0-4	5-8	9-11	>=12
Média 1991	3,88	7,03	5,37	2,59
Média 1992	4,62	8,56	6,50	2,52
Média 1993	4,33	7,40	6,19	2,57
Média 1994	4,03	7,03	6,00	2,41
Média 1995	3,57	6,47	5,60	2,24
Média 1996	4,15	7,30	6,61	2,85
Média 1997	4,46	7,65	6,84	2,66
Média 1998	6,11	9,62	9,13	4,03
Média Jan-Abr/98	6,16	9,74	9,26	4,16
Abr/98	6,33	10,10	9,62	4,12
Mai/98	6,66	10,10	10,28	4,10
Jun/98	6,27	10,13	9,64	3,86
Jul/98	6,43	10,01	9,86	4,14
Ago/98	6,23	9,71	9,46	4,22
Set/98	6,09	9,75	9,17	3,97
Out/98	5,99	9,75	8,62	3,99
Nov/98	5,53	8,96	8,37	4,01
Dez/98	5,43	8,03	7,15	3,43
Jan/99	6,24	9,60	9,68	3,75
Fev/99	6,46	8,60	9,40	4,00
Mar/99	6,47	9,55	10,43	4,58
Abr/99	6,25	10,20	10,70	4,51
Média Jan-Abr/99	6,35	9,49	10,05	4,21

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.4.7.

## Composição do desemprego por gênero (%)

	MASCULINO	FEMININO
Média 1991	61,05	38,95
Média 1992	60,48	39,52
Média 1993	59,63	40,37
Média 1994	58,40	41,60
Média 1995	59,00	41,00
Média 1996	55,39	44,61
Média 1997	55,58	44,42
Média 1998	55,21	44,79
Média Jan-Abr/98	54,75	45,25
Abr/98	53,64	46,36
Mai/98	52,86	47,14
Jun/98	53,87	46,13
Jul/98	55,40	44,60
Ago/98	55,71	44,29
Set/98	54,86	45,14
Out/98	57,77	42,23
Nov/98	57,18	42,82
Dez/98	56,55	43,45
Jan/99	56,44	43,56
Fev/99	54,22	45,78
Mar/99	55,78	44,22
Abr/99	55,99	44,01
Média Jan-Abr/99	55,62	44,38

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.4.8  
Composição do desemprego por setor de atividade (%)

	IND. TR.	CONS. CIV.	COMÉRCIO	SERVIÇOS	OUTROS	IGNORADO
Média 1991	30,25	8,38	16,15	35,03	2,52	7,66
Média 1992	27,84	8,98	15,88	35,60	2,90	8,81
Média 1993	25,43	8,89	15,97	36,42	3,18	10,10
Média 1994	24,65	8,73	16,22	37,59	3,04	9,77
Média 1995	24,78	8,21	16,61	38,52	3,14	8,73
Média 1996	23,54	7,80	17,09	40,08	2,72	8,77
Média 1997	22,07	7,73	17,47	40,88	3,06	8,80
Média 1998	20,33	8,37	15,96	42,07	2,75	10,53
Média Jan-Abr/98	21,36	7,76	16,42	41,26	2,43	10,77
Abr/98	20,95	8,41	15,89	41,73	2,12	10,91
Mai/98	19,60	8,56	15,33	42,53	2,86	11,12
Jun/98	19,44	8,09	17,65	41,45	2,87	10,50
Jul/98	20,30	8,47	14,97	43,48	2,86	9,91
Ago/98	19,32	9,04	15,72	42,24	3,04	10,65
Set/98	18,96	8,14	15,12	43,39	3,18	11,22
Out/98	19,76	9,17	15,46	42,98	2,86	9,77
Nov/98	20,38	9,10	16,76	41,14	2,86	9,76
Dez/98	21,10	9,04	14,66	42,46	2,64	10,09
Jan/99	18,16	8,66	16,55	41,89	3,22	11,53
Fev/99	17,91	9,53	15,32	41,78	2,69	12,78
Mar/99	18,89	8,97	17,17	41,48	2,99	10,51
Abr/99	18,27	8,22	16,23	43,08	3,23	10,97
Média Jan-Abr/99	18,32	8,83	16,34	42,06	3,04	11,41

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.4.9  
Composição do desemprego por posição na família (%)

	CHEFE	CÔNJUGE	FILHO	OUTROS
Média 1991	32,06	9,02	50,14	8,79
Média 1992	31,94	9,71	50,09	8,26
Média 1993	32,18	9,72	50,05	8,05
Média 1994	32,26	10,88	48,85	8,01
Média 1995	31,88	11,06	49,89	7,16
Média 1996	31,22	12,77	47,89	8,13
Média 1997	32,47	12,60	47,64	7,29
Média 1998	32,54	13,17	46,74	7,55
Média Jan-Abr/98	32,31	13,50	46,60	7,59
Abr/98	32,69	14,32	45,58	7,41
Mai/98	32,09	14,42	46,24	7,24
Jun/98	32,26	13,42	46,34	7,97
Jul/98	32,95	13,42	46,25	7,38
Ago/98	32,55	13,32	46,49	7,64
Set/98	31,79	12,59	47,05	8,57
Out/98	32,58	12,60	47,33	7,48
Nov/98	33,71	11,91	47,47	6,91
Dez/98	33,69	11,83	47,61	6,87
Jan/99	32,15	11,33	49,07	7,45
Fev/99	31,94	12,70	48,31	7,05
Mar/99	32,08	12,53	48,41	6,98
Abr/99	33,69	12,21	47,39	6,70
Média Jan-Abr/99	32,48	12,19	48,29	7,04

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.4.10

**Composição do desemprego por faixa etária (%)**

	15-17	18-24	25-30	30-39	40-49	50-59	60-64	>=65
Média 1991	11,66	38,05	17,59	21,17	8,41	2,51	0,42	0,19
Média 1992	10,81	38,07	17,74	20,54	9,07	2,97	0,52	0,27
Média 1993	9,72	38,58	17,31	20,84	9,61	3,31	0,41	0,22
Média 1994	9,61	37,61	18,26	21,32	9,70	2,91	0,36	0,24
Média 1995	9,63	37,69	16,90	21,98	9,55	3,38	0,56	0,31
Média 1996	9,75	36,94	15,85	22,49	10,81	3,29	0,48	0,38
Média 1997	8,81	36,23	16,16	22,38	11,67	3,90	0,47	0,38
Média 1998	8,35	35,61	16,04	22,27	12,47	4,28	0,67	0,32
Média Jan-Abr/98	8,41	35,58	16,08	22,60	12,23	4,06	0,62	0,42
Abr/98	7,08	36,57	16,61	21,83	12,59	4,29	0,54	0,49
Mai/98	9,07	35,26	15,92	21,86	12,58	4,23	0,86	0,22
Jun/98	7,67	36,73	17,52	21,24	11,15	4,64	0,72	0,34
Jul/98	8,05	35,34	17,96	20,04	12,96	4,72	0,64	0,29
Ago/98	8,48	35,35	15,84	21,97	12,78	4,40	1,00	0,19
Set/98	9,14	35,37	15,23	22,51	13,02	4,05	0,51	0,19
Out/98	8,36	35,69	14,35	23,88	12,86	4,19	0,46	0,22
Nov/98	7,42	36,05	15,84	22,46	12,96	4,06	0,76	0,45
Dez/98	8,25	35,13	15,26	23,31	12,42	4,84	0,56	0,24
Jan/99	8,11	35,51	14,84	23,44	12,98	4,05	0,61	0,45
Fev/99	7,35	36,74	15,01	22,73	12,91	4,38	0,69	0,19
Mar/99	6,73	38,56	14,74	21,58	12,55	4,77	0,62	0,45
Abr/99	6,31	37,83	15,63	21,44	13,22	4,79	0,45	0,33
Média Jan-Abr/99	7,11	37,19	15,06	22,28	12,91	4,51	0,59	0,36

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.4.11

**Composição do desemprego por grau de instrução (%)**

	0-4	5-8	9-11	>=12
Média 1991	30,95	37,92	23,66	7,47
Média 1992	29,66	39,27	24,88	6,19
Média 1993	29,06	37,17	26,70	7,07
Média 1994	27,89	37,63	27,54	6,93
Média 1995	25,85	37,92	29,04	7,19
Média 1996	24,16	37,06	30,62	8,17
Média 1997	23,34	36,84	32,16	7,66
Média 1998	21,66	35,23	34,23	8,88
Média Jan-Abr/98	21,85	35,03	34,09	9,03
Abr/98	21,65	34,81	34,71	8,83
Mai/98	21,98	33,66	35,97	8,38
Jun/98	21,66	35,21	34,98	8,16
Jul/98	21,60	34,38	35,45	8,57
Ago/98	21,42	35,23	34,46	8,89
Set/98	21,04	36,11	34,13	8,72
Out/98	21,27	37,09	32,65	9,00
Nov/98	20,86	35,70	33,75	9,68
Dez/98	22,89	35,53	32,30	9,28
Jan/99	21,12	34,02	36,49	8,36
Fev/99	22,28	30,98	37,28	9,46
Mar/99	20,34	31,43	38,09	10,14
Abr/99	19,66	32,42	37,88	10,05
Média Jan-Abr/99	20,82	32,22	37,45	9,52

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.4.12

**Composição do desemprego por tempo s/ trabalho (%)**

	<1	1-3	3-6	6-12	>=12
Média 1991	12,09	31,90	27,41	16,19	12,41
Média 1992	8,99	27,12	27,14	19,56	17,19
Média 1993	9,38	26,00	25,63	18,92	20,08
Média 1994	10,29	27,82	24,48	18,13	19,27
Média 1995	11,86	30,27	26,28	16,58	15,01
Média 1996	9,73	27,04	26,32	19,25	17,67
Média 1997	8,61	25,94	25,17	20,59	19,69
Média 1998	7,51	22,29	23,68	21,06	25,46
Média Jan-Abr/98	7,82	23,30	24,80	17,83	26,25
Abr/98	7,92	21,02	26,90	18,93	25,22
Mai/98	7,66	21,44	27,05	20,87	22,97
Jun/98	7,47	21,00	23,73	22,84	24,96
Jul/98	7,73	21,96	23,13	22,08	25,10
Ago/98	7,16	21,45	21,79	24,12	25,48
Set/98	7,49	20,52	22,26	23,16	26,57
Out/98	7,22	23,00	21,95	22,45	25,37
Nov/98	7,62	22,81	21,67	24,02	23,88
Dez/98	6,22	22,36	22,90	22,11	26,41
Jan/99	7,36	25,58	24,55	18,29	24,23
Fev/99	7,15	25,97	23,47	19,06	24,36
Mar/99	7,03	22,62	26,21	18,31	25,83
Abr/99	7,35	22,5	26,3	19,7	24,18
Média Jan-Abr/99	7,22	24,1	25,2	18,8	24,67

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.4.13  
**Composição do desemprego por faixa de duração (%)**

	<1	1-3	3-6	6-12	>=12
Média 1991	17,92	37,61	26,65	13,77	4,05
Média 1992	14,01	33,75	28,12	17,61	6,51
Média 1993	14,73	32,31	27,83	17,27	7,86
Média 1994	14,84	33,35	26,49	17,44	7,88
Média 1995	15,97	35,26	27,34	15,54	5,90
Média 1996	13,68	32,11	28,13	18,22	7,86
Média 1997	13,47	31,53	26,67	19,48	8,85
Média 1998	12,19	27,32	25,63	21,59	13,27
<b>Méd. Jan-Abr/98</b>	<b>13,25</b>	<b>29,83</b>	<b>26,42</b>	<b>17,28</b>	<b>13,21</b>
Abr/98	12,13	27,02	30,27	18,11	12,47
Mai/98	11,98	26,11	29,83	20,20	11,88
Jun/98	11,54	24,15	27,60	23,66	13,06
Jul/98	12,45	26,12	24,71	23,69	13,03
Ago/98	10,79	25,96	23,67	25,90	13,68
Set/98	11,46	25,35	24,21	24,79	14,20
Out/98	12,13	27,06	23,39	23,52	13,89
Nov/98	12,74	26,57	22,89	25,24	12,56
Dez/98	9,87	27,54	24,81	23,37	14,41
Jan/99	14,71	30,06	24,48	17,89	12,86
Fev/99	11,81	33,88	22,74	17,51	14,06
Mar/99	10,47	28,55	27,89	18,41	14,69
Abr/99	11,70	26,60	29,00	19,24	13,46
<b>Méd. Jan-Abr/99</b>	<b>12,15</b>	<b>29,68</b>	<b>26,11</b>	<b>18,28</b>	<b>13,78</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

## A.5 - Seguro Desemprego

TABELA A.5.1  
**Cobertura e valor médio do benefício (V.M.B.)**

	REQUERENTES	SEGURADOS	TAXA DE HABILITAÇÃO	V.M.B.(*)	V.M.B.(**)
1991	3.724.840	3.498.235	93,92	1,83	146,8
1992	4.015.225	3.895.157	97,01	1,69	145,9
1993	3.825.547	3.756.365	98,19	1,41	133,3
1994	4.091.318	4.029.718	98,49	1,55	137,3
1995	4.789.262	4.736.940	98,91	1,54	150,5
1996	4.393.366	4.348.166	98,97	1,56	158,4
1997	4.398.086	4.320.784	98,24	1,57	165,8
1998	4.391.557	4.318.118	98,33	1,57	164,8
<b>Média Jan-Abr/98</b>	<b>384843,25</b>	<b>382128</b>	<b>99,29</b>	<b>1,59</b>	<b>164,4</b>
Abr/98	363.892	361.161	99,25	1,59	163,7
Mai/98	363.155	359.354	98,95	1,53	169,5
Jun/98	355.034	352.397	99,26	1,54	170,3
Jul/98	375.186	372.045	99,16	1,55	171,9
Ago/98	346.103	343.276	99,18	1,55	172,8
Set/98	355.060	352.020	99,14	1,56	174,4
Out/98	340.882	334.386	98,09	1,57	175,3
Nov/98	342.824	326.843	95,34	1,58	176,8
Dez/98	356.785	341.694	95,77	1,57	174,9
Jan/99	372.685	356.346	95,62	1,53	169,4
Fev/99	339.111	324.312	95,64	1,56	170,5
Mar/99	492.628	472.101	95,83	1,56	176,1
Abr/99	398.551	378.607	95,00	1,56	175,3
<b>Média Jan-Abr/99</b>	<b>400.744</b>	<b>382.842</b>	<b>95,53</b>	<b>1,5525</b>	<b>172,8</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MTB/CDPS/CDAS/SPÉS. (\*)-Valor Médio do Benefício em salários mínimos. (\*\*) -Valor Médio do Benefício em R\$ de dezembro de 1995.

## A.7 - Rendimentos

TABELA A.7.1  
Renda real média por região metropolitana  
(em reais de dez/1995)

	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	TOTAL
Média 1991	446,90	620,95	442,97	429,70	292,01	385,80	506,05
Média 1992	376,41	518,47	356,76	373,50	245,46	304,27	422,63
Média 1993	402,27	586,66	394,68	409,76	274,08	336,77	469,22
Média 1994	409,55	646,46	435,60	392,17	258,42	289,34	494,42
Média 1995	460,96	679,79	514,89	440,93	297,44	304,55	537,58
Média 1996	512,13	694,42	525,44	458,90	333,96	329,03	564,55
Média 1997	525,55	692,61	540,94	478,06	354,79	354,64	572,36
Média 1998	514,68	699,47	536,82	462,39	336,14	354,88	569,10
Média Jan-Mar/98	506,72	703,21	542,28	456,33	344,17	363,17	569,95
Mar/98	504,41	680,31	544,02	456,94	330,63	362,72	559,15
Abr/98	511,28	677,80	530,73	452,11	318,61	342,53	555,98
Mai/98	508,42	666,53	538,17	452,95	326,65	346,65	551,79
Jun/98	512,71	674,08	537,32	467,04	320,82	350,18	556,41
Jul/98	499,16	680,48	531,22	459,02	325,31	332,03	553,80
Ago/98	500,19	693,85	542,17	458,86	336,77	350,76	562,27
Set/98	510,84	693,14	535,31	461,09	331,73	343,69	563,91
Out/98	529,69	699,75	528,98	451,85	332,77	352,63	571,06
Nov/98	532,44	729,39	534,49	454,91	345,23	373,70	587,31
Dez/98	551,22	768,99	536,55	521,81	363,26	376,94	616,86
Jan/99	500,44	677,98	512,31	457,30	327,27	363,11	553,95
Fev/99	487,31	661,84	503,47	457,71	317,85	360,42	542,55
Mar/99	490,25	653,22	498,66	429,12	315,83	351,63	535,08
Média Jan-Mar/99	492,67	664,35	504,82	448,04	320,32	358,39	543,86

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.7.2  
Renda real média por setor de atividade  
(em reais de dez/1995)

	EXT. MIN.	IND. TR.	S. I. U. P.	CONS. CIV.	COMÉRCIO	SERVIÇOS	AOM. PÚBL.	AGRO.	OUTROS
Média 1991	740,58	586,25	813,75	391,65	435,23	400,84	651,23	319,89	732,77
Média 1992	788,92	523,67	768,22	314,64	345,62	331,23	510,10	229,95	629,60
Média 1993	877,41	586,32	821,18	333,09	390,08	364,50	543,26	265,24	732,85
Média 1994	892,29	593,34	832,81	339,41	427,64	395,82	580,04	296,73	744,46
Média 1995	911,16	614,56	813,42	397,78	468,73	450,56	643,56	419,58	749,47
Média 1996	924,69	638,73	850,39	423,11	493,67	488,28	664,12	404,03	800,25
Média 1997	916,86	640,37	867,82	429,40	498,68	499,42	693,36	383,89	795,48
Média 1998	987,18	636,24	790,48	400,91	475,74	501,84	727,43	332,21	798,31
Média Jan-Mar/98	1.180,07	631,13	784,30	408,89	487,99	502,16	720,63	362,79	793,36
Mar/98	1.006,81	618,77	791,38	379,88	475,25	494,87	708,78	371,02	793,57
Abr/98	687,82	602,68	775,88	380,90	463,47	498,55	697,57	382,47	780,40
Mai/98	665,46	601,54	826,90	381,21	466,63	490,89	698,17	370,17	772,24
Jun/98	765,36	625,48	774,08	364,62	478,34	487,73	694,71	389,53	795,68
Jul/98	810,00	615,39	810,29	393,66	461,10	490,05	711,80	224,79	788,41
Ago/98	1.248,10	636,40	736,49	404,52	464,99	493,85	701,43	304,15	798,85
Set/98	840,23	646,53	724,17	416,00	462,34	490,05	725,97	290,62	793,04
Out/98	983,95	640,59	868,33	409,37	460,29	509,48	737,81	301,05	792,96
Nov/98	1.580,26	661,89	776,12	424,81	476,73	521,03	783,27	326,74	799,33
Dez/98	724,74	711,02	840,60	409,11	511,01	533,98	816,53	308,68	878,69
Jan/99	832,16	616,84	750,22	380,51	469,56	484,59	730,43	280,28	777,57
Fev/99	743,45	608,88	739,02	379,80	450,60	470,72	722,89	278,60	760,18
Mar/99	1008,18	574,79	821,54	353,52	450,90	466,10	730,09	393,30	758,18
Média Jan-Mar/99	861,26	600,17	770,26	371,28	457,02	473,80	727,80	317,40	765,31

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.7.3

**Renda real média por posição na ocupação**  
(em reais de dez/1995)

	CC	SC	CP	EMPRE
Média 1991	529,89	384,69	384,98	1.451,65
Média 1992	472,68	308,44	304,29	1.110,46
Média 1993	520,76	334,62	341,86	1.311,35
Média 1994	519,74	350,27	383,81	1.695,51
Média 1995	533,60	400,08	460,96	1.817,76
Média 1996	567,49	421,49	488,07	1.822,88
Média 1997	577,07	436,16	494,76	1.796,23
Média 1998	577,37	437,38	472,02	1.847,55
Média Jan-Mar/98	570,18	438,55	488,73	1.793,95
Mar/98	562,29	428,10	475,00	1.765,36
Abr/98	561,23	421,99	455,58	1.859,50
Mai/98	565,55	418,05	450,24	1.757,72
Jun/98	557,54	422,35	472,36	1.883,91
Jul/98	564,33	435,89	447,39	1.820,23
Ago/98	567,95	437,09	459,45	1.901,49
Set/98	568,95	436,76	475,64	1.878,26
Out/98	578,97	436,03	462,35	1.945,27
Nov/98	607,30	448,89	490,06	1.804,35
Dez/98	646,05	475,88	485,03	1.937,98
Jan/99	567,22	446,98	459,37	1.680,41
Fev/99	560,21	438,50	446,58	1.600,27
Mar/99	544,85	443,97	429,02	1.607,24
Média Jan-Mar/99	557,43	443,15	444,99	1.629,31

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.7.4

**Renda real média por gênero**  
(em reais de dez/1995)

	MASCULINO	FEMININO
Média 1991	596,68	354,97
Média 1992	495,98	297,86
Média 1993	545,96	335,36
Média 1994	576,32	346,08
Média 1995	625,64	379,00
Média 1996	656,10	409,60
Média 1997	662,70	421,75
Média 1998	655,60	426,28
Média Jan-Mar/98	662,74	420,17
Mar/98	650,25	412,35
Abr/98	641,34	414,59
Mai/98	636,04	412,19
Jun/98	641,57	412,87
Jul/98	636,99	415,69
Ago/98	649,20	415,84
Set/98	644,71	428,32
Out/98	653,62	434,58
Nov/98	668,98	453,45
Dez/98	706,58	467,33
Jan/99	636,39	419,14
Fev/99	622,89	412,81
Mar/99	613,72	407,31
Média Jan-Mar/99	624,33	413,09

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.7.5

**Renda real média por faixa etária**  
(em reais de dez/1995)

	15-17	18-24	25-30	30-39	40-49	50-59	60-64	>=65
Média 1991	150,10	283,50	451,40	584,49	665,70	611,44	554,17	550,41
Média 1992	128,62	241,31	383,29	492,17	545,17	491,38	424,02	418,78
Média 1993	139,94	263,95	420,12	542,73	600,08	534,93	488,64	484,68
Média 1994	132,82	261,82	419,22	552,40	666,96	578,71	526,96	554,49
Média 1995	147,47	285,15	456,12	589,50	708,15	657,79	587,44	582,65
Média 1996	157,50	299,68	472,50	618,26	736,53	709,28	651,35	646,85
Média 1997	150,84	300,11	477,02	614,96	746,25	723,37	660,97	657,30
Média 1998	145,71	299,94	476,52	610,21	718,86	741,37	697,25	714,88
Média Jan-Mar/98	150,95	300,93	476,78	604,91	722,51	770,50	677,38	718,75
Mar/98	150,37	296,30	467,28	596,06	701,09	777,18	675,58	730,57
Abr/98	142,11	297,71	460,78	596,44	693,56	742,65	689,89	760,04
Mai/98	137,43	295,74	473,07	600,86	682,34	719,05	643,70	654,94
Jun/98	141,21	295,20	464,89	602,23	700,05	708,98	731,08	734,14
Jul/98	135,89	296,58	460,58	599,89	698,68	705,28	681,60	756,09
Ago/98	140,55	295,79	460,79	609,91	719,27	708,90	721,84	756,35
Set/98	143,04	294,51	466,99	604,88	711,48	718,49	784,08	707,12
Out/98	147,18	297,09	473,84	607,12	733,89	717,87	769,41	687,04
Nov/98	148,85	303,23	503,12	619,05	752,74	774,60	640,22	644,47
Dez/98	159,47	320,68	523,89	667,45	766,78	789,15	673,10	722,08
Jan/99	141,67	295,26	466,35	585,13	705,65	707,10	614,47	613,10
Fev/99	143,41	286,23	446,80	587,07	669,07	697,00	669,82	578,16
Mar/99	148,11	290,48	436,41	583,75	650,24	670,50	696,60	666,71
Média Jan-Mar/99	144,40	290,65	450,52	585,32	674,99	691,53	660,30	619,33

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.7.6

**Renda real média por grau de instrução**  
(em reais de dez/1995)

	0-4	5-8	9-11	>=12
Média 1991	297,39	349,26	556,42	1.292,82
Média 1992	247,87	289,13	468,67	1.060,32
Média 1993	268,89	316,67	511,95	1.201,89
Média 1994	268,76	321,94	535,24	1.312,27
Média 1995	301,13	357,39	555,66	1.369,68
Média 1996	316,89	364,43	570,75	1.402,17
Média 1997	315,62	366,69	559,14	1.400,78
Média 1998	303,57	351,19	537,36	1.398,79
<b>Méd. Jan-Mar/98</b>	<b>297,89</b>	<b>354,88</b>	<b>543,91</b>	<b>1.398,46</b>
Mar/98	297,31	345,89	533,20	1.348,84
Abr/98	298,65	345,50	530,53	1.343,76
Mai/98	299,11	343,08	524,26	1.347,02
Jun/98	304,99	342,75	516,25	1.363,59
Jul/98	299,36	346,88	521,44	1.362,15
Ago/98	313,15	347,92	526,68	1.376,46
Set/98	304,91	348,55	526,92	1.390,94
Out/98	300,41	346,38	536,79	1.430,95
Nov/98	309,36	352,55	555,43	1.468,30
Dez/98	319,26	376,05	578,31	1.506,94
Jan/99	293,76	346,08	511,70	1.332,69
Fev/99	287,04	339,08	496,24	1.285,98
Mar/99	285,89	334,20	489,78	1.280,78
<b>Méd. Jan-Mar/99</b>	<b>288,89</b>	<b>339,79</b>	<b>499,24</b>	<b>1.299,82</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE

TABELA A.7.7

**Salário mínimo real**  
(em reais de dez/1995)

	S.M.R.
Média 1991	80,34
Média 1992	86,31
Média 1993	94,57
Média 1994	88,60
Média 1995	97,76
Média 1996	101,59
Média 1997	106,15
<b>Média jan/98-Maio/98</b>	<b>105,13</b>
Mai/98	110,76
Jun/98	110,60
Jul/98	110,91
Ago/98	111,45
Set/98	111,80
Out/98	111,67
Nov/98	111,88
Dez/98	111,42
Jan/99	110,69
Fev/99	109,28
Mar/99	112,88
Abr/99	112,35
Mai/99	112,29
<b>Média jan/99-Maio/99</b>	<b>111,50</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MTB.

## A.8 - Produtividade

TABELA A.8.1  
Produtividade na Indústria de transformação

	PRODUTIVIDADE HORA PAGA	PRODUTIVIDADE DO TRABALHADOR
Média 1991	100,00	100,00
Média 1992	104,63	104,13
Média 1993	114,68	114,17
Média 1994	127,62	126,22
Média 1995	133,52	130,46
Média 1996	150,25	148,04
Média 1997	169,91	166,02
Jan/98	155,76	148,81
Fev/98	157,63	147,34
Mar/98	179,93	173,50
Abr/98	175,45	169,14
Mai/98	188,41	181,81
Jun/98	188,34	181,44
Jul/98	194,00	191,00
Ago/98	192,35	187,83
Set/98	192,26	187,14
Out/98	190,90	185,99
Nov/98	185,80	179,40
Dez/98	160,46	155,00
Jan/99	162,26	154,57

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Boletim Economia, Capital & Trabalho da PUC-RJ.

TABELA A.8.2  
Produtividade do trabalhador  
(Índice: média 1991=100)

	INDÚSTRIA GERAL	EXTRATIVA MINERAL	INDÚSTRIA DE TRANS- FORMAÇÃO	MINERAIS NAO META- LICOS	METALURGIA	MECÂNICA	MATERIAL DE COMU- NICAÇÃO	MATERIAL DE TRANSPORTE	PAPELE PAPELAO	BORRACHA
Média 1991	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Média 1992	104,49	109,45	104,13	93,08	107,91	94,93	103,23	102,23	101,75	104,61
Média 1993	115,11	128,36	114,17	102,97	117,24	115,82	120,63	119,85	107,63	111,01
Média 1994	126,08	148,25	126,22	114,29	133,15	135,18	144,68	133,42	121,54	119,11
Média 1995	130,60	166,59	130,46	125,15	127,15	131,01	159,19	135,81	126,64	125,86
Média 1996	149,07	206,25	148,05	147,56	139,39	139,55	179,33	161,09	136,60	153,84
Média 1997	164,83	230,76	166,02	159,94	160,21	170,76	178,44	182,04	145,70	180,59
Jan/98	153,05	259,92	148,81	156,49	147,26	148,66	146,64	151,50	145,40	170,73
Fev/98	150,70	239,44	147,34	143,70	144,98	157,27	163,30	146,67	139,84	177,11
Mar/98	176,73	269,32	173,50	166,42	167,62	183,54	206,10	192,21	153,97	208,35
Abr/98	172,13	259,43	169,14	165,24	160,79	175,51	190,51	189,04	145,94	180,33
Mai/98	185,54	277,66	181,81	170,65	168,21	188,28	211,08	204,06	150,72	188,65
Jun/98	184,11	269,41	181,44	165,48	166,12	177,58	204,11	201,11	165,00	202,19
Jul/98	194,03	285,61	191,00	173,44	174,06	190,58	213,16	189,47	159,21	211,99
Ago/98	191,50	296,34	187,83	169,77	172,40	185,61	200,34	191,13	154,82	212,90
Set/98	189,96	277,20	187,14	168,82	167,31	191,82	196,46	197,62	157,54	179,57
Out/98	189,86	295,35	185,99	163,88	159,75	190,06	195,56	159,76	156,42	198,11
Nov/98	184,28	306,07	179,40	159,94	153,29	183,77	205,23	144,14	159,45	182,63
Dez/98	163,46	339,81	155,00	155,22	140,39	145,75	172,59	101,18	157,70	135,80
Jan/99	162,99	335,65	154,57	149,02	151,66	153,04	158,43	149,89	160,96	190,33

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Boletim Economia, Capital e Trabalho da PUC-RJ.

TABELA A.8.2  
**Produtividade do trabalhador (continuação)**  
(Índice: média 1991=100)

	QUÍMICA	FARMACÊUTICA	PERF., SABÕES E VELAS	MATERIAS PLÁSTICAS	TÊXTIL	VESTUÁRIO E CALÇADOS	ALIMENTAÇÃO	BEBIDAS	FUMO
Média 1991	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Média 1992	106,83	91,09	115,48	98,23	113,15	107,62	103,62	88,61	103,79
Média 1993	119,47	103,00	124,53	96,29	114,67	113,33	110,89	105,68	124,40
Média 1994	131,79	103,56	127,81	101,59	122,16	115,22	119,34	122,78	131,31
Média 1995	135,71	122,39	120,66	117,50	119,01	123,25	127,83	135,70	129,98
Média 1996	152,67	111,19	128,19	139,05	143,36	145,47	138,67	135,00	143,18
Média 1997	170,40	127,70	137,96	154,84	151,21	153,87	152,37	148,35	156,37
Jan/98	166,13	100,90	140,45	155,17	134,09	122,21	135,85	141,51	96,91
Fev/98	154,98	111,07	131,30	149,80	147,44	124,68	125,28	123,20	151,69
Mar/98	170,03	126,56	158,85	172,71	175,00	158,30	144,06	166,36	203,34
Abr/98	166,60	127,03	144,85	162,51	185,86	162,87	147,03	137,67	206,03
Mai/98	183,60	140,52	148,54	169,92	201,12	169,35	158,01	144,06	226,15
Jun/98	189,38	145,83	142,62	169,09	193,70	165,79	162,23	143,84	238,46
Jul/98	199,15	155,74	145,06	183,01	189,66	184,25	183,21	159,82	165,17
Ago/98	201,81	143,31	161,11	184,28	193,37	179,93	179,87	154,54	98,70
Set/98	190,87	138,04	154,00	185,97	190,12	196,11	178,35	163,63	100,38
Out/98	208,91	141,11	162,03	188,26	198,30	206,11	176,70	174,64	98,40
Nov/98	192,63	147,11	159,06	182,17	193,82	208,42	169,51	173,69	99,13
Dez/98	178,46	116,55	143,91	163,40	152,50	159,40	146,81	184,76	87,62
Jan/99	170,65	96,24	151,54	164,76	164,02	143,40	132,03	133,92	69,45

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Boletim Economia, Capital e Trabalho da PUC-RJ

TABELA A.8.3  
**Produtividade hora paga**  
(Índice: média 1991=100)

	INDÚSTRIA GERAL	EXTRATIVA MINERAL	INDÚSTRIA DE TRANS- FORMAÇÃO	MINERAIS NÃO METÁLICOS	METALURGIA	MECÂNICA	MATERIAL DE COMUNICAÇÃO	MATERIAL DE TRANSPORTE	PAPELE PAPELAO	BORRACHA
Média 1991	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Média 1992	104,92	105,37	104,63	93,43	108,85	95,80	105,84	102,29	102,17	102,14
Média 1993	115,63	125,11	114,68	103,69	116,87	116,93	119,61	116,77	108,88	108,09
Média 1994	127,43	145,23	127,62	115,70	132,71	138,86	141,97	132,55	122,21	110,78
Média 1995	133,56	163,99	133,52	127,43	131,29	133,57	158,68	140,87	127,06	114,13
Média 1996	151,38	207,61	150,27	148,28	144,95	141,59	174,45	166,07	136,74	134,57
Média 1997	169,19	229,37	169,91	162,63	162,08	166,05	179,24	189,35	157,36	158,10
Jan/98	160,02	250,66	155,76	156,60	157,48	155,18	144,27	159,64	166,45	152,63
Fev/98	161,09	241,36	157,63	147,98	157,83	165,18	163,29	162,45	162,37	161,04
Mar/98	183,14	265,71	179,93	161,57	177,40	186,16	203,46	199,85	174,26	178,51
Abr/98	178,42	255,02	175,45	158,95	169,08	180,90	186,03	193,12	165,82	157,94
Mai/98	192,12	270,21	188,41	169,37	176,26	195,16	210,02	213,55	171,01	162,91
Jun/98	196,89	266,62	188,34	170,74	173,89	182,11	201,41	212,00	166,73	175,41
Jul/98	196,89	280,47	194,00	173,67	181,32	192,57	207,12	198,78	166,31	181,70
Ago/98	195,96	289,61	192,35	167,48	180,51	189,66	196,32	202,50	162,36	184,30
Set/98	195,01	272,96	192,26	168,09	176,17	197,40	190,99	210,96	165,46	158,45
Out/98	194,73	289,24	190,90	167,68	167,44	197,17	190,41	174,21	165,48	175,00
Nov/98	190,73	300,15	185,80	162,36	164,21	189,39	200,34	157,95	168,51	164,89
Dez/98	169,07	328,98	160,46	139,55	150,49	151,63	168,34	113,10	167,71	123,30
Jan/99	170,93	328,20	162,26	140,57	162,93	163,33	156,85	169,13	171,56	174,17

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Boletim Economia, Capital e Trabalho da PUC-RJ

TABELA A.8.3

**Produtividade hora paga (continuação)**

(Índice: média 1991=100)

	QUÍMICA	FARMACÊUTICA	PERF. SABÕES E VELAS	MATERIAS PLÁSTICAS	TÊXTIL	VESTUÁRIO E CALÇADOS	ALIMENTAÇÃO	BEBIDAS	FUMO
Média 1991	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Média 1992	107,16	92,03	114,43	95,30	113,82	108,59	104,20	87,64	99,53
Média 1993	121,32	104,45	126,78	94,85	115,18	113,32	112,67	104,02	118,45
Média 1994	135,88	106,21	124,83	99,21	128,24	113,43	122,27	123,37	130,33
Média 1995	139,30	122,85	121,02	115,11	126,07	126,71	131,31	137,59	127,62
Média 1996	156,00	110,48	128,27	137,97	151,25	142,68	143,10	136,73	140,96
Média 1997	175,84	130,62	141,99	159,59	162,31	160,31	155,93	150,02	160,18
Jan/98	175,54	102,55	144,75	162,99	143,92	132,07	142,35	142,52	108,68
Fev/98	170,47	114,32	135,63	162,07	162,02	139,50	134,13	128,95	167,56
Mar/98	180,63	127,07	160,80	181,92	186,22	169,55	150,13	172,51	204,26
Abr/98	176,57	127,65	146,80	171,55	201,26	174,64	152,83	143,94	207,33
Mai/98	192,03	142,72	158,14	176,77	215,70	181,54	163,99	151,48	215,85
Jun/98	200,09	146,65	150,34	177,55	208,38	178,82	167,05	151,52	223,98
Jul/98	206,03	157,99	146,98	190,92	194,97	186,07	184,81	166,92	141,22
Ago/98	223,92	145,35	159,92	191,86	202,77	182,62	184,30	162,32	94,29
Set/98	195,76	139,83	152,48	195,31	199,69	200,45	182,06	172,48	100,42
Out/98	212,91	142,53	156,46	195,21	208,68	207,74	180,84	183,71	98,20
Nov/98	197,32	149,36	157,08	190,27	204,04	213,16	177,00	181,58	99,42
Dez/98	184,22	117,53	141,62	171,47	161,96	158,73	151,71	192,24	87,88
Jan/99	181,90	96,78	151,14	175,57	173,20	147,12	139,24	140,81	83,67

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Boletim Economia, Capital e Trabalho da PUC-RJ.

## A.9 - Informalidade

TABELA A.9.1

## Participação dos empregados sem carteira assinada na ocupação total por região metropolitana

	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	TOTAL
Média 1991	23,36	19,09	17,84	20,99	24,75	21,10	20,81
Média 1992	25,31	20,45	18,38	21,75	26,22	21,58	22,15
Média 1993	26,10	21,51	18,61	23,13	26,49	21,77	22,99
Média 1994	26,58	22,02	19,31	24,23	27,86	23,65	23,67
Média 1995	26,36	22,94	20,14	24,06	26,69	25,09	24,08
Média 1996	26,73	24,04	20,79	25,12	27,08	24,52	24,79
Média 1997	26,09	24,40	20,69	25,53	27,36	24,27	24,82
Média 1998	26,03	25,33	22,27	25,65	29,27	23,50	25,43
Média Jan-Abr/98	25,70	24,81	22,11	25,36	29,10	23,73	25,08
Abr/98	25,86	25,73	22,92	26,20	31,62	23,97	25,86
Mai/98	25,85	25,41	23,43	26,08	29,85	24,32	25,65
Jun/98	26,43	24,54	22,31	25,81	28,80	23,48	25,17
Jul/98	26,16	25,33	21,73	26,30	28,71	23,29	25,43
Ago/98	26,12	26,38	22,04	26,37	29,59	23,22	25,97
Set/98	27,08	25,90	22,03	25,82	30,28	22,93	25,98
Out/98	26,58	26,09	22,45	25,77	29,48	23,84	25,96
Nov/98	25,40	25,73	22,42	25,50	29,46	22,99	25,42
Dez/98	25,98	25,28	22,40	24,75	28,73	23,02	25,25
Jan/99	26,15	26,01	22,77	25,23	28,14	22,17	25,59
Fev/99	26,57	26,34	23,36	25,52	28,90	22,80	26,01
Mar/99	26,48	26,59	23,35	26,34	29,09	23,36	26,23
Abr/99	26,04	26,43	23,77	26,12	30,93	24,49	26,26
Média Jan-Abr/99	26,31	26,34	23,31	25,80	29,27	23,21	26,02

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.9.2

## Participação dos trabalhadores por conta própria na ocupação total por região metropolitana

	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	TOTAL
Média 1991	21,96	17,35	20,69	21,47	24,16	23,97	20,10
Média 1992	22,59	18,31	22,23	21,64	26,02	23,94	20,94
Média 1993	22,78	17,84	22,05	21,67	27,18	25,26	20,94
Média 1994	23,35	18,82	22,19	22,33	27,13	27,59	21,72
Média 1995	23,75	19,04	22,32	21,92	28,71	27,05	21,95
Média 1996	24,06	20,29	24,03	22,59	28,17	27,72	22,77
Média 1997	24,95	21,06	23,70	22,41	27,73	27,75	23,26
Média 1998	26,22	20,47	22,91	22,02	27,06	27,17	23,16
Média Jan-Abr/98	26,01	20,56	22,97	21,64	26,80	27,09	23,09
Abr/98	25,48	20,22	21,86	20,51	26,06	26,29	22,48
Mai/98	25,76	20,23	21,31	20,83	26,63	27,08	22,63
Jun/98	25,99	20,32	22,40	21,15	27,47	26,62	22,88
Jul/98	26,29	20,02	22,89	21,40	26,94	26,98	22,90
Ago/98	26,34	19,97	23,36	22,40	27,48	27,55	23,09
Set/98	26,15	19,44	23,62	22,51	27,64	27,36	22,86
Out/98	26,87	20,59	23,18	22,35	27,19	26,34	23,39
Nov/98	26,76	21,23	22,83	23,23	26,56	28,22	23,76
Dez/98	26,45	21,64	23,39	23,84	27,66	27,58	24,00
Jan/99	27,06	20,71	23,31	23,22	27,38	27,76	23,70
Fev/99	27,17	21,22	22,34	22,61	28,01	27,86	23,84
Mar/99	27,11	21,16	22,68	21,97	27,41	27,52	23,69
Abr/99	28,19	20,04	22,02	22,30	27,61	27,38	23,47
Média Jan-Abr/99	27,38	20,78	22,59	22,52	27,60	27,63	23,67

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.9.3

**Diferencial dos rendimentos dos empregados com e sem carteira assinada por região metropolitana**

	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	TOTAL
Média 1991	20,42	45,51	0,46	25,07	53,05	85,61	38,01
Média 1992	30,99	64,54	7,18	50,12	53,04	97,26	52,39
Média 1993	30,11	71,17	6,43	41,67	63,10	87,40	54,05
Média 1994	22,84	62,15	-0,05	42,40	46,76	71,26	47,33
Média 1995	16,26	45,86	-6,64	17,16	30,34	40,14	33,28
Média 1996	16,14	51,65	-2,65	20,39	26,72	32,58	34,90
Média 1997	18,82	46,07	-2,09	20,80	21,49	32,73	32,78
Média 1998	19,74	45,63	0,08	13,76	21,00	42,91	32,26
<b>Média Jan-Mar/98</b>	<b>15,36</b>	<b>42,57</b>	<b>4,01</b>	<b>17,38</b>	<b>13,72</b>	<b>38,46</b>	<b>30,33</b>
Mar/98	11,96	46,77	2,85	17,21	23,20	34,17	31,16
Abr/98	27,95	40,66	5,49	17,40	18,47	45,09	33,23
Mai/98	28,71	48,03	-3,74	14,96	25,44	34,58	35,29
Jun/98	20,97	45,74	-2,38	9,48	35,45	35,35	32,66
Jul/98	18,17	42,35	-5,72	7,11	32,84	48,27	29,77
Ago/98	20,25	41,07	-7,84	15,23	26,73	42,03	29,71
Set/98	15,51	49,45	-6,22	4,08	17,39	45,82	30,90
Out/98	20,49	49,37	2,30	11,34	12,98	37,16	33,00
Nov/98	18,02	51,83	4,35	16,85	17,60	55,41	35,32
Dez/98	20,70	51,40	2,75	16,54	23,90	55,84	36,30
Jan/99	10,93	39,94	3,95	15,03	26,03	25,54	26,88
Fev/99	14,53	42,01	5,65	5,44	11,59	35,22	27,83
Mar/99	7,92	35,47	1,23	7,43	9,91	20,90	22,10
<b>Média Jan-Mar/99</b>	<b>11,12</b>	<b>39,14</b>	<b>3,61</b>	<b>9,30</b>	<b>15,84</b>	<b>27,22</b>	<b>25,60</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.9.4

**Diferencial dos rendimentos dos empregados com carteira assinada e trabalhadores por conta própria por região metropolitana**

	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	TOTAL
Média 1991	42,07	24,69	1,56	45,59	70,07	92,37	41,15
Média 1992	49,33	42,27	9,31	70,75	93,19	92,95	58,02
Média 1993	62,91	39,07	-9,25	63,19	91,37	86,51	55,93
Média 1994	45,39	21,03	-12,79	43,70	67,53	81,48	38,34
Média 1995	17,46	2,96	-0,18	18,43	38,44	50,19	15,84
Média 1996	18,70	5,38	0,60	21,99	42,76	39,61	16,36
Média 1997	19,43	7,81	-1,57	19,05	42,69	43,47	16,86
Média 1998	24,27	12,80	5,19	21,94	53,81	46,73	22,43
<b>Média Jan-Mar/98</b>	<b>19,25</b>	<b>6,27</b>	<b>9,49</b>	<b>15,85</b>	<b>43,04</b>	<b>34,55</b>	<b>16,85</b>
Mar/98	19,70	10,43	4,33	13,28	46,92	36,94	18,64
Abr/98	23,44	15,31	6,42	27,11	49,61	34,82	22,99
Mai/98	29,14	15,36	8,57	24,00	63,25	45,06	25,43
Jun/98	18,78	7,44	3,02	22,47	57,46	41,80	17,93
Jul/98	25,48	18,28	3,89	20,21	63,03	43,10	25,99
Ago/98	25,37	14,86	-3,51	19,97	54,69	39,71	23,18
Set/98	22,89	8,78	4,24	19,58	50,59	58,21	21,16
Out/98	30,20	16,38	1,23	20,38	59,26	60,41	25,57
Nov/98	24,86	13,08	5,49	29,25	68,23	70,21	23,90
Dez/98	33,37	25,33	4,44	32,76	50,52	63,82	32,51
Jan/99	20,83	12,71	10,15	27,03	90,93	55,04	23,93
Fev/99	34,30	13,17	14,15	15,41	60,32	57,84	25,75
Mar/99	27,11	17,80	2,59	28,27	51,31	47,60	25,52
<b>Média Jan-Mar/99</b>	<b>27,41</b>	<b>14,56</b>	<b>8,96</b>	<b>23,57</b>	<b>67,52</b>	<b>53,49</b>	<b>25,07</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

## A.10 - Atividade sindical

TABELA A.10.1  
Número de greves

	1991		1992		1993		1994		1995		1996		1997		1998	
	TOTAL	C	NC	C	NC	C	NC	C	NC	C	NC	C	NC	C	NC	
Jan	61	23	18	30	17	37	9	50	17	85	20	48	19	34	5	
Fev	48	27	13	21	10	30	16	51	25	87	18	47	12	38	7	
Mar	56	32	11	22	18	68	38	81	28	85	18	57	13	46	20	
Abr	218	22	17	38	23	123	73	68	34	89	23	43	15	27	26	
Mai	159	33	24	31	34	53	63	102	33	90	34	28	23	31	17	
Jun	121	20	17	31	26	40	34	59	26	50	21	41	22	28	19	
Jul	100	25	10	40	26	24	16	57	10	88	18	48	23	24	11	
Ago	56	16	17	36	27	42	19	57	21	57	28	36	17	26	15	
Set	91	30	20	39	25	65	30	42	19	48	25	46	11	29	11	
Out	86	34	22	31	22	34	27	52	15	63	29	41	16	25	16	
Nov	80	43	26	28	27	66	37	59	38	100	83	37	3	30	25	
Dez	52	36	18	37	14	52	38	94	18	67	32	17	6	45	26	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DIEESE. Obs.: C - contadas (com informações do número de grevistas e tempo de duração do movimento). NC - não contadas (sem informações suficientes para incluí-las no cálculo de grevistas e trabalhadores/hora parados).

TABELA A.10.2  
Número de grevistas

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Jan	282.181	89.397	11.614	35.999	47.252	29.124	21.630	18.959
Fev	604.008	219.330	113.449	11.495	88.427	32.351	34.628	121.274
Mar	754.782	124.031	411.763	420.792	320.450	122.099	59.389	138.487
Abr	633.384	629.024	440.784	280.037	509.342	404.808	39.564	95.761
Mai	1.100.851	262.770	1.408.010	216.482	744.672	891.512	24.663	184.839
Jun	890.765	292.867	642.363	220.864	154.325	96.836	160.108	69.585
Jul	718.270	147.355	144.539	57.587	87.527	206.032	112.165	51.473
Ago	487.388	143.335	804.113	92.079	68.637	188.249	94.253	159.118
Set	624.565	198.357	649.665	807.248	66.893	233.433	236.258	159.187
Out	945.922	394.967	293.484	508.991	132.554	224.270	42.224	56.591
Nov	350.608	269.045	162.863	524.527	338.352	213.474	58.810	330.014
Dez	135.008	48.938	12.378	89.948	96.199	61.992	12.268	135.845

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação Seade/DIEESE. Obs.: Em nov/95, ocorreram 39 greves que não foram computadas devido a impossibilidade do cálculo do número de grevistas e da razão Trabalhadores/Hora Parados.

TABELA A.10.3  
Trabalhadores/Hora parados  
(EM MILHARES)

	1992		1993		1994		1995		1996		1997		1998	
	NÃO AJUST.*	AJUST.**	NÃO AJUST.*	AJUST.**	NÃO AJUST.*	AJUST.**	NÃO AJUST.*	AJUST.**	NÃO AJUST.*	AJUST.**	NÃO AJUST.*	AJUST.**	NÃO AJUST.*	AJUST.**
Jan	7055	nd	5579	nd	628	693	1856	1863	1079	1609	853	856	333	nd
Fev	10948	nd	8041	nd	595	664	2494	2510	1236	3953	919	1129	1943	nd
Mar	8625	nd	64107	nd	8599	14255	8579	9312	12342	14530	2809	3372	17545	nd
Abr	29501	nd	86410	nd	12766	13280	52787	54006	36004	37146	899	1204	7823	nd
Mai	15877	nd	169096	nd	6796	6851	73462	73637	48620	48987	506	1003	20079	nd
Jun	12462	nd	33738	nd	1018	10473	6657	6723	7198	7936	13608	13333	12445	nd
Jul	8088	nd	8766	nd	8942	8942	4657	4781	8582	11502	2673	5117	1778	nd
Ago	2627	nd	41586	nd	2677	2698	2474	2492	10803	17057	2782	2768	14935	nd
Set	7823	nd	74547	nd	34463	34476	4641	4668	11765	17425	24311	24503	7595	nd
Out	18287	nd	57539	nd	30660	30660	5488	5448	6459	7589	940	933	2551	nd
Nov	18088	nd	4817	nd	7246	7282	7369	7369	6478	6806	452	692	24293	nd
Dez	1334	nd	420	nd	3982	3982	4428	4428	1327	1327	262	238	6699	nd

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DIEESE. Obs.: Em nov/95, ocorreram 39 greves que não foram computadas devido a impossibilidade do cálculo do número de grevistas e da razão Trabalhadores/Hora Parados. \*Cálculo publicado mensalmente no Boletim DIEESE. \*\*Cálculo com acréscimo de informações obtidas após fechamento de cada edição do Boletim.

## **Glossário de abreviações utilizadas nas tabelas do Anexo Estatístico**

### Regiões metropolitanas:

RJ: Rio de Janeiro  
SP: São Paulo  
PA: Porto Alegre  
BH: Belo Horizonte  
RE: Recife  
SA: Salvador  
DF: Distrito Federal

### Posições na ocupação:

CC: empregados com carteira assinada  
SC: empregados sem carteira assinada  
CP: trabalhadores por conta-própria  
EMPRES: empregadores

### Setores de atividade:

Ext. Min.: Indústria da Extrativa Mineral  
Ind. Tr.: Indústria de Transformação  
S.I.U.P.: Serviços Industriais de Utilidade Pública  
Cons. Civ.: Construção Civil  
Adm.Públ.: Administração Pública  
Agro.: Agropecuária

